



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ANA PAULA DENADAI GAGLIARDI

1984: UMA METÁFORA TOTALITARISTA

CAMPINAS

2013

ANA PAULA DENADAI GAGLIARDI

1984: UMA METÁFORA TOTALITARISTA

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Português.

Orientador: Prof. Dr. Alcebíades Diniz Miguel.

CAMPINAS

2013

Dedico este trabalho a todos os que,
independente dos resultados, preferem
ações positivas às negativas.

AGRADECIMENTOS

Ao George Orwell, por ter idealizado e escrito *1984* de maneira incrível e encantadora, de modo a, mesmo que através da representação de um mundo que mais parece um pesadelo tenebroso, nos sensibiliza para os mais belos aspectos da humanidade.

Aos professores que me orientaram durante a trajetória de produção desse trabalho, pelas conversas, trocas de e-mail e orientações que transformaram um caos de simples ideias em um cosmos. Ao Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva, por ter me acompanhado no início do meu trabalho de pesquisa e por saber combinar bem liberdade e orientação de modo a formar pesquisadores autônomos. Igualmente, ao Prof. Dr. Alcebíades Diniz Miguel, pela disposição em aceitar a terminar comigo essa jornada, pelas orientações práticas e pertinentes, que possibilitaram que esse trabalho fosse terminado a tempo, mas sem se afastar da sua ideia original.

À minha família, por me permitir ser e por acompanhar o meu caminho, ao invés de ditá-lo. Por me apoiar e por me amar, sempre, independente do meu grau de azedume.

Aos que chamo de meus, pela loucura compartilhada e pelo alívio da angústia de ser uma “minoridade de um”. Também por se interessarem pelo meu trabalho e me ajudarem com os detalhes da produção e da finalização dele. E ainda, em especial, ao Thomaz, pela atenção e carinho, seja nas leituras (e releituras) do meu texto ou até mesmo nas situações mais simples do cotidiano.

RESUMO

Este projeto se dedicou a analisar a obra *1984* de George Orwell. Apesar de reconhecer os diversos vieses de abordagem da obra, a pesquisa se focou em uma análise das representações do totalitarismo dentro do livro de Orwell. Essa análise se situou de modo a inicialmente apresentar o universo literário e o enredo criado pelo autor, para depois delinear as vertentes centrais da representação do totalitarismo na obra e concluir a análise com uma reflexão sobre a representação da linguagem totalitarista dentro daquele universo. Para isso foram necessárias leituras cuidadosas do livro analisado, seleção do recorte temático, leitura e fichamento de bibliografia relacionada tanto à obra de George Orwell quanto ao totalitarismo e a linguagem totalitária, sistematização e articulação de reflexões sobre os temas em questão e finalmente redação do texto do trabalho. Como resultado principal, a pesquisa não só evidenciou a consistência da representação do totalitarismo em *1984*, mas também mostrou como tal obra ainda é fonte eficaz de reflexões relevantes sobre os conceitos de poder, humanidade e linguagem para a sociedade atual, que ainda sente o impacto e a força da metáfora pessimista criada pelo autor da obra em questão.

Palavras-chave: 1984, George Orwell, totalitarismo, linguagem totalitária.

ABSTRACT

This project analyses the book *1984* by George Orwell. Although it is known that there are many possible approaches for an analysis like this, our research focused on understanding the representations of totalitarianism inside Orwell's book. This analysis is composed by an initial presentation of the literary universe and plot created by the author, followed by a general portrait of the representations of totalitarianism and it is concluded with a discussion about the representations of the totalitarian language inside that literary universe. To that end, the book under review was carefully read, a thematic focus was chosen, a bibliography related to both George Orwell's book and totalitarianism and totalitarian language was read and properly studied, reflections about the themes in focus were organized systematically and finally a structured analysis was written. As a main result, this research not only proved the consistency of the representations of totalitarianism in *1984*, but also showed itself as an effective source of relevant reflections on the concepts of power, humanity and language for today's society, which still feels the impact and power of the pessimistic metaphor created by the author of the book in question.

Keywords: 1984, George Orwell, totalitarianism, totalitarian language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A OBRA	7
1.1 Sobre as influências	7
1.2 Sobre o universo literário	10
1.2.1 Sobre o tripé do Ingsoc	16
1.3 Sobre o enredo	19
CAPÍTULO 2 – A REPRESENTAÇÃO DO TOTALITARISMO EM <i>1984</i>	31
CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DA LINGUAGEM	
TOTALITÁRIA EM <i>1984</i>	45
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

*"War is peace.
Freedom is slavery.
Ignorance is strength."
1984, p. 4, George Orwell.*

Das citações mais recorrentes tiradas da obra de George Orwell de uma maneira geral, com certeza pode-se dizer que a epígrafe é o trecho mais famoso de *1984*, seu último livro. As três afirmativas constituem os mais importantes slogans do partido que está no poder dentro do universo criado pelo livro e pode revelar muito sobre os alicerces sobre os quais a narrativa é construída. Em um primeiro olhar superficial, a simples junção de termos tão opostos gera um desconforto e revela seu alto teor de pessimismo. Trata-se de uma construção de sentido paradoxal, como a empregada pela literatura barroca, mas sem o mesmo efeito de desestabilização poética. Com a proposta usual das utopias em projetar um *deslocamento* (no caso, temporal, para o futuro), *1984* retrata uma sociedade que chegou ao ponto de igualar termos usualmente associados ao campo semântico da positividade, como paz, liberdade e força, a termos associados à negatividade, como guerra, escravidão e ignorância, ou seja, o livro propõe um futuro decadente, totalitarista, que fecha, sufoca e massacra o ser humano a tal ponto que existe uma equivalência cotidiana entre positividade e negatividade. Por conta disso, essa obra de Orwell é classificada por alguns como uma distopia, juntamente com outras ficções que abordam questões similares como, por exemplo, *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley.

Para compreender a produção de tais distopias, é interessante olharmos para o momento histórico em que foram produzidas. E, ao fazê-lo, nos deparamos com um paradoxo histórico, como bem destaca Eric Fromm no posfácio de uma edição da Signet Classics para o próprio *1984*. Houve uma mudança na representação literária que faz projeções sobre o futuro. Antes da Era Industrial, quando o homem não possuía meios suficientes para que todos tivessem as condições mínimas de sobrevivência e a exploração, a escravidão e a guerra tinham justificativas econômicas palpáveis, o homem estava esperançoso e suas projeções literárias para o futuro eram, modo geral, otimistas e enxergavam no desenvolvimento tecnológico e científico, na progressão dos debates políticos ou na evolução da própria sociedade meios para que os males do mundo fossem extintos.

Por outro lado, essas obras utópicas primeiras buscavam na outridade imaginária parte de sua natureza: ilhas distantes, reinos perdidos, povos desconhecidos em um mundo que se expandia ao sabor das navegações e das conquistas coloniais. Essas obras são chamadas de utopias. Para não sermos demasiadamente simplistas, ao ponto do reducionismo, tomaremos algumas linhas para discutir esse gênero literário. É a obra de Thomas Morus chamada *Utopia* que inaugura o gênero, em 1516, e começa a gerar discussões até mesmo pela origem do termo cunhado pelo autor. Se utopia geralmente é considerada como originada da palavra “ou-topos” e, por isso, comumente interpretada como um não lugar, lugar nenhum, existem autores que defendem outro ponto de partida. Aínsa (1984), por exemplo, levanta a suspeita de que o termo utopia tivesse chegado a nós como um erro de tradução e que o termo cunhado por Morus tem origem na palavra “eu-topos”, que significa lugar feliz. Longe de optar por qualquer um dos lados defendidos a esse respeito, manteremos essa discussão como possibilidades simultâneas, já que isso significa um enriquecimento do gênero, que pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma projeção e como uma ficção.

Sobre essa tensão que podemos estender para as generalidades e dizer que se constitui entre história e literatura, um artigo do doutorando da UFG, Geraldo Witeze Junior, trouxe à luz, de maneira curta e objetiva, elementos importantes para essa discussão. O doutorando cita a posição que Cosimo Quarta (2006, p.28) toma em relação à discussão sobre essa tensão que, segundo o autor, é realizadora, porque a parte negativa do conceito, demonstrada através da “ou-topia”, não tem fim em si mesma, a não ser que seja estéril. Por isso a passagem para a parte positiva do conceito, a “eu-topia”, se mostra importante, para que o que não existia em lugar nenhum acabe por gerar, em conceito e em realidade, um lugar feliz, uma sociedade melhor.

Para se compreender melhor essa posição de Quarta, é interessante refletirmos com mais calma sobre a relação entre história e literatura que envolvem o conceito de utopia. Primeiramente, pode-se defender a indissociabilidade entre utopia e história, porque é através da observação da segunda que a primeira é concebida. E esse ciclo pode se fechar se pensarmos que é através da sugestão feita pela utopia que a história encontra um caminho de transformação. Por conta disso, desse lado da projeção utópica é que o conceito de utopia se afasta do

conceito de perfeição. Isso porque a utopia se pensa como o ponto de partida para uma discussão de uma sociedade melhor e não uma proposta fechada e restrita, como bem aponta Arrigo Colombo (2006, p. 56). Mas isso não deixa uma brecha para que a utopia se enverede pelas vias da fantasia (seja ela surreal, fantástica ou especulativa), já que, para surtir o efeito que deseja, toda projeção deve se manter no campo da verossimilhança.

Desta maneira, a utopia está vinculada com o presente, porque passa pela observação do mesmo para ser produzida, e com o futuro, que deseja alcançar com suas projeções de melhoria para a sua sociedade. Aqui é interessante levar em conta que a utopia não tem o desejo de regressão a um paraíso inicial da humanidade e muito menos se desloca para paraísos artificiais ou campo árcades, porque ela “é o sonho de um cidadão descontente com a sua cidade, que não escolhe por paraíso de seus sonhos o que se opõe a cidade, mas outra cidade, organizada de outra maneira”, como coloca Claude-Gilbert Dubois (2009, p. 18).

Se no século XX tivemos projeções otimistas para essa outra cidade, outra vertente da mesma fonte surge com o desencanto do homem com o progresso.

Com o tempo, a tecnologia e a ciência de fato conseguiram progredir a ponto de se ter a possibilidade de produzir mais riquezas do que obtê-las através de conquistas territoriais, tornando a guerra economicamente dispensável – mas não de fato erradicada, uma vez que a guerra passou a ter novas utilidades ideológicas e políticas –, e de viabilizar a produção de alimentos em quantidade suficiente para erradicar a fome, as produções literárias se tornam amargas e pessimistas e se voltam para projeções que expressam a impotência e a falta de esperança que permeiam os homens naquele momento. Márcio Seligmann-Silva justifica esse estado de espírito do homem moderno no artigo “Do utopismo iluminista ao (anti)utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica”:

O homem moderno pensa seu nascimento a partir da culpa de estar no mundo. Sua existência é encarada como sendo tão artificial como a de Frankenstein. Ela é despida de transcendência, é um suplemento, enxerto de vida. A ideia da tecnologia como fonte de terror e do fim do homem – encenada de Frankenstein ao Hal de Stanley Kubrick – é a representação mais clara deste homem artificial que se vê como desprovido de sentido e caminhando para a morte. A tecnologia suplementa a *queda* e *expulsão* do paraíso: ela também serve para reconstruir aquele espaço “perfeito”. A tecnologia é uma promessa de redenção do trabalho, da culpa e da morte. Mas suas construções, como a torre de Babel, serão sempre catastróficas.

Representarão a arrogância, a *hybris* deste homem decaído. (SELIGMANN-SILVA, p. 310, 2009)

O olhar lançado para esse avanço tecnológico, portanto, muda de maneira drástica quando o homem perde o sentimento de pertencimento. Ele percebe que a tecnologia molda sua vida, cria novas necessidades e novos conflitos que o tornam um híbrido, cada vez menos natural, menos humanizado. Por outro lado, existe uma mistura de sensações, como encantamento e temor, em relação aos limites que a ciência consegue atravessar, gerando um conflito entre o sentimento de arrogância, que leva o homem a pensar ser superior à natureza que o define, podendo controlá-la e manipulá-la ao seu favor, e o sentimento de culpa e impotência, pois ousou tocar e tentar mudar aspectos e não consegue controlar as consequências dessa intervenção. Com uma observação histórica rápida do passado, a visão distópica estabelece sua vertigem a partir da constatação de que a atitude ousada sempre leva a humanidade a um estado pior e ainda mais caótico do estado inicial, apesar da expectativa inicial ter sido de grande esperança de que as inovações trouxessem a solução para os problemas que assolavam o mundo e privavam os homens da vida ideal que eles deveriam levar. O que gera uma frustração e uma desilusão de grandes proporções. O pessimismo, então, torna-se o tom do discurso, sempre permeado da ideia de que o destino da humanidade é inexoravelmente desastroso.

Por conta dessa visão ambígua em relação à tecnologia, ao futuro e à própria viabilidade de existência política da humanidade, as distopias de um modo geral giram em torno de uma mesma questão, como bem formulou Erich Fromm, no mesmo posfácio já mencionado: abdicando dos desejos de liberdade, dignidade, integridade e amor, como é possível que o homem se esqueça de sua humanidade? Em 1984, mais especificamente, a temática principal consiste em mecanismos de controle e de manipulação que agregam a essa questão central um adendo interessante: Como a natureza humana, que deseja instintivamente liberdade, dignidade, integridade e amor, pode ser mudada para viver em harmonia com um mundo onde *guerra é paz, liberdade é escravidão e ignorância é força*?

No entanto, essa não é a única classificação feita para este tipo de literatura. Anthony Burgess, grande crítico de 1984, defende em seu livro 1985 que a melhor nomenclatura para as obras pessimistas que tratam, sim, da questão dos

limites da humanidade seria *cacotopia*, pois, segundo ele, essa palavra transmite de maneira mais objetiva o espírito de caos e mal estar que o livro quer representar, além de se afastar um pouco mais da ligação praticamente automática com o conceito de utopia, aproximação facilitada pelo termo distopia.

Para reforçar o seu ponto de vista, Burgess traz a tona *Nós*, de E. I. Zamyatin, que influenciou tanto a obra de Orwell quanto a obra de Huxley, tratando principalmente da concepção de homem que esses livros trazem. Segundo ele, Zamyatin e Huxley tocam especialmente na impossibilidade de simultaneidade entre ser feliz e ser livre, já que é abrindo mão da sua liberdade de escolha que o homem se liberta do fardo que traz arrependimento e infelicidade. Nessas obras encontramos, portanto, uma organização governamental e social que garante que os homens não sejam nada além de felizes e satisfeitos, mostrando assim a desumanização dos indivíduos através da renúncia total a liberdade, mesmo que seja visando o melhor para o outro.

É justamente nesse ponto que Orwell se distancia um pouco dessas duas obras, pois ele acredita que o homem tem o impulso de dominar o seu semelhante não para buscar o Bem, mas sim para atender os seus próprios desejos e ansiedades, não se importando com o teor de maldade que esteja envolvida. Por conta dessa visão de Orwell, Burgess aponta o autor como um *pelagiano*, pois ele acreditava que o homem não traz naturalmente em si nem sequer um traço de maldade, o que faz com que todo o horror e o mal que dele provenha seja resultado de uma escolha proposital. Ao usar um termo como pelagiano, Burgess traz à tona um debate teológico entre liberdade e graça, demonstrando a importância da religião na crítica do autor. Se de um lado temos Pelagio da Bretanha que defende que o homem, em sua natureza, não tem o traço hereditário do pecado original e, portanto, o mal que ele faz é fruto da sua liberdade, do outro temos Agostinho de Hipona que defende que todo homem tem em si a marca do pecado original e o mal faz parte da natureza humana, até que, pela graça redentora de Cristo e o arrependimento humano, ele seja superado. Ou seja, temos em Orwell a desumanização através da liberdade, em que uns escolhem que, para que seus desejos sejam atendidos, a liberdade dos outros deve ser tolhida. Apesar da variação de nomenclaturas, podemos concluir que *1984* é uma obra que se encaixa dentro de um grupo que

discute a natureza do Mal nos homens, até onde esse mal chega estando no poder e o que isso significa para o que dizemos ter de mais único: a nossa humanidade.

Tendo em mente essa reflexão inicial sobre a obra, é necessário estabelecer os objetivos deste trabalho. Inicialmente, faremos uma análise geral da obra, que começa através das influências das experiências pessoais do autor para a produção de *1984* e dá continuidade através da exploração do universo literário e o enredo do livro. Em seguida, passaremos para uma análise reflexiva sobre a representação do totalitarismo de uma maneira geral dentro do universo já delineado. Concluiremos, então, com uma análise reflexiva especificamente sobre a representação da linguagem totalitária.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A OBRA.

1.1 Sobre as influências.

Antes de partirmos para a exploração do universo literário criado por Orwell, para tentarmos entender como ele trabalha com essas questões que já foram levantadas e quais outras variáveis ele traz para o seu jogo ficcional, pensamos ser relevante entender as influências majoritárias que contribuíram para que o autor escrevesse essa obra.

Eric Arthur Blair, vivendo em uma Inglaterra no imediato pós Segunda Guerra Mundial permeada pela miséria, escreve *1984*, seu último romance, sob seu já conhecido pseudônimo George Orwell, que pode ser perfeitamente interpretado como uma reflexão sobre os últimos acontecimentos históricos e a sua experiência pessoal em relação a eles. Das experiências que mais ressoam dentro do romance, podemos destacar como principais seu trabalho de correspondente para a BBC durante a Segunda Guerra e seu engajamento militar na Guerra Civil Espanhola. De certa forma, Orwell retoma a experiência da utopia como comentário social do presente, desenvolvida já por Thomas More.

Durante o período em que trabalhou para BBC, Orwell observou de muito perto a maneira como as informações que chegavam ao jornal eram formuladas da maneira mais adequada para o posicionamento político ideal para o momento. Christopher Hitchens, na pequena, porém extremamente aguda biografia sobre Orwell, intitulada *A Vitória de Orwell*, aponta exatamente isso:

Parece não haver dúvida de que Orwell serviu-se de suas experiências na BBC ao escrever *1984*. [...] Além disso, o conceito do duplificação e da descrição de mudanças vertiginosas na linha política claramente devem alguma coisa à experiência cotidiana de Orwell com a propaganda (HITCHENS, 2010, p.34-35).

Em um momento tão crítico para a história da humanidade quanto uma guerra nas proporções da Segunda Guerra, Orwell percebe que o seu trabalho de correspondente somente na teoria tinha como objetivo registrar o que se passava de uma maneira clara e com uma pretensão imparcial forte o suficiente, para que esses registros fossem peças que reconstruiriam a história que seria contada na posteridade. Ele percebe que as informações passadas eram, sim, peças, mas que

compunham um jogo manipulativo suficientemente proposital para se tornasse propaganda, ao invés de registro histórico. Hitchens cita ainda um conceito que iremos trabalhar cuidadosamente no decorrer do trabalho, o duplipensamento, no qual pode ser enxergada justamente uma sombra dessa manipulação de informações vista na vida de correspondente de Orwell, mas levada a um extremo em 1984, de modo que qualquer informação pode ser harmoniosamente válida e perfeitamente aceita simultaneamente ao seu completo oposto. O que também colabora para as drásticas mudanças de posição política, como também ressalta Hitchens.

Além disso, é importante lembrar que a alma de jornalista, que não simplesmente se informa sobre o que está acontecendo no mundo, mas também procura pensar a realidade do seu tempo, fez com que Orwell percebesse de maneira distinta situações como o surgimento de regimes totalitários, como o de Stalin e Hitler, e todos os horrores que os envolveram. Seu olhar agudo permitiu que o autor inserisse em seu universo literário elementos que mimetizavam conceitos e estratégias, mesmo que alegoricamente, desses regimes, como veremos ao longo do trabalho.

Ainda na biografia escrita por Hitchens, encontramos uma reflexão sobre o tempo e a posição de Orwell na Guerra Civil Espanhola. Motivado pela decepção de experiências passadas e também pela certeza que emanava de seu idealismo político, Orwell embarca para a Catalunha somente para encontrar-se com a decepção novamente, dessa vez travestida de “socialismo real”, como foi chamado nas décadas de 60 e 70. Sua posição dentro dessa situação era tão peculiar quanto desafiadora, pois ele participou como soldado das Brigadas Internacionais, mas também como jornalista de um conflito que se exibia em uma fachada completamente polarizada – de um lado a Espanha realista, nacionalista e católica e de outro a Espanha republicana, socialista e anticlerical – mas que tinha uma natureza muito mais caótica do que o que era de fato divulgado. Orwell sai da guerra após ter levado um tiro que lhe atravessou a garganta e saiu pelas costas, deixando-o com um dano permanente em suas cordas vocais, isso contando alguns episódios de aventura na fuga da repressão dos comunistas espanhóis, o identificavam com um elemento heterodoxo a ser destruído. Ele passou seus dez últimos anos de vida usando a sua voz de escritor para ecoar o que tinha percebido do conflito. Um dos

seus trabalhos resultantes desse impulso do autor é o obscuro *Lutando na Espanha*, do qual podemos destacar um trecho particularmente interessante:

Jamais será possível obter um relato totalmente preciso e imparcial da luta em Barcelona porque não existem os registros necessários. [...]
Esse tipo de coisa me assusta, pois me dá um sentimento frequente de que o próprio conceito de verdade objetiva está se esvaecendo do mundo. Afinal, a probabilidade é que essas mentiras, ou, enfim, mentiras semelhantes, passarão à história [...]. O objetivo implícito nessa linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder, ou alguma panelinha governante, controla não só o futuro, mas também o *passado*. (ORWELL, 2002, p. 93; p.150-151)

Se esse é um trecho que fala diretamente sobre o conflito na Catalunha, através dele conseguimos demonstrar os ecos muito marcantes dessa experiência em 1984. Orwell produz nessa obra justamente um universo permeado pela esfera do pesadelo, onde um líder implícito, através de governantes que agem em seu nome, se utiliza de uma sociedade propositalmente construída para que a verdade objetiva não faça o menor sentido e que, por conta disso, tem o controle do presente. E, desse modo, controla também passado, que traz como consequência o controle do futuro. Foi nessa experiência de guerra que Orwell teve relances do processo de destruição de uma cultura e também da vontade individual que operava no cotidiano de um governo totalitário, graças à percepção de funcionamento tanto do universo cultural franquista quanto dos comunistas espanhóis, dominados pelo centralismo stalinista. O partido comunista espanhol, por exemplo, falsificou informações e as divulgou nas mídias locais para culpar movimentos independentes (os anarquistas e socialistas de linha trotskista) por um suposto “golpe” em Barcelona (cf. ORWELL, 1987, p. 162-188). Nesse caso, uma das vítimas da manipulação de informações descrita por Orwell em *Lutando na Espanha* foi o P.O.U.M. – Partido Operário de Unificação Marxista –, que ao longo do conflito foi acusado de ter ligação com os quinta-colonistas, os franquistas e até com agentes da Alemanha nazista. Para exemplificar, citaremos o relato da imprensa comunista ou pró-comunista, que coloca toda a culpa do embate em Barcelona sobre o P.O.U.M., alegando que o partido agia sob ordens fascistas, de modo que a desordem e o derramamento de sangue na cidade fosse um pretexto para que os governos alemão e italiano pudessem desembarcar tropas terrestres em solo espanhol. Orwell aponta o absurdo desse tipo de alegação com vários argumentos,

tais como: o P.O.U.M. não tinha membros e muito menos influencia para encabeçar o embate que se passou; nenhum navio trazendo tropas alemãs ou italianas se aproximou da costa espanhola durante o período do embate; nenhuma atitude do P.O.U.M. levantava qualquer suspeita da natureza da acusação que foi feita, seja antes do levante, com a disseminação de propaganda subversiva entre os milicianos, ou durante o levante, deslocando parte do contingente do *front* para que as tropas que desembarcariam pudessem passar ou para que não houvesse tanta resistência no embate com as mesmas.

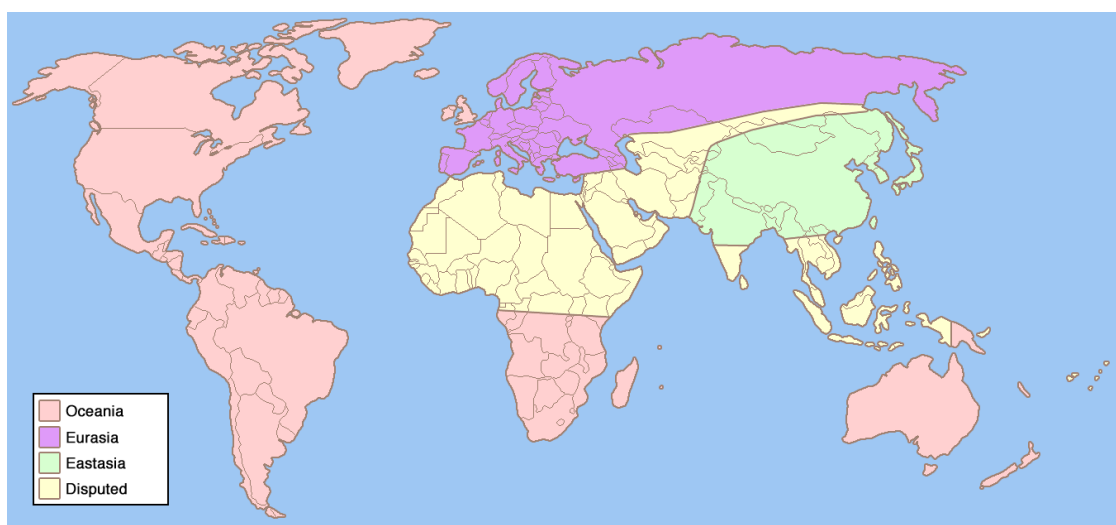
Desta maneira, mesmo com uma análise como a de Anthony Burgess, que não faz menção alguma à influência dessa experiência pessoal do autor e simplesmente considera que Orwell tem uma visão idealista do passado, projetando nele todos os desejos para um futuro que, por sua incerteza, pode o frustrar e se tornar imensamente pior, podemos considerar que essa nostalgia apontada por Burgess seja a percepção material da realidade na obra de Orwell obtida de observações do presente.

1.2 Sobre o universo literário.

Tendo discutido, mesmo que brevemente, as questões de classificação de gênero e as condições de produção da obra, podemos passar, então, para uma exploração básica do universo literário de *1984*. A história do livro se passa em um futuro atemporal, mesmo que se passe aproximadamente no ano de 1984. Dentro do contexto dessa análise isso significa que mesmo que Orwell tenha escrito esse livro em 1948, o que faz com que 1984 seja de fato um futuro até que distante, o autor pretendia falar de um futuro não datado, que poderia de fato acontecer 36 anos depois que a obra foi escrita, mas também poderia acontecer em qualquer ponto do futuro. Para o autor, o único pré-requisito para que situações análogas às que ele descreve no livro acontecerem é ter no histórico qualquer tipo de regime extremamente abusivo como os que serviram de base para sua produção, o regime nazista da Alemanha e o socialista de Stalin na Rússia, ou seja, qualquer ponto futuro da história da humanidade após esses regimes. Podemos dizer que Orwell foi bem sucedido ao criar essa estrutura narrativa atemporal, porque, apesar de *1984* ter muito detalhes datados que se relacionam com os acontecimentos históricos

relevantes para o seu momento de produção, ainda hoje, mais de 60 anos depois da publicação do livro, ele ainda gera discussões interessantes e reflexões relevantes para a sociedade atual.

Nesse futuro, a história se passa em uma sociedade pós-revolucionária. Depois da Segunda Guerra Mundial e de suas consequências desastrosas, o mundo se reorganiza de forma diferente da que se conhecia na época em que o livro foi escrito – e da que conhecemos hoje –, sendo dividido basicamente em quatro partes: a Oceania, que compreende, na divisão geográfica atual, o sul da África, as Américas, a Inglaterra e a Oceania; a Eurásia, que engloba, na divisão geográfica atual, a Europa continental e o norte da Ásia; a Lestásia, que é formada basicamente pelo que conhecemos hoje por China, Índia e Japão; e o território constantemente disputado pelas três grandes potências, que é constituído pelo que chamamos hoje de norte da África e Oriente médio. Veja abaixo um mapa que ilustra essa nova divisão:



Legenda: Rosa claro – Oceania; Roxo – Eurásia; Verde claro: Lestásia; Amarelo claro: Território disputado. (Retirado de <http://indicadoroculto.blogspot.com.br/2011/08/1984-livro-pra-vida-toda.html>. Acessado em 30.11.2012).

As três grandes potências – a Oceania, a Eurásia e a Lestásia – possuiriam sistemas de governo muito semelhantes, podendo se perceber uma estrutura muito parecida em todas elas, com divisões sociais e governamentais equivalentes. No caso da Oceania, que será o nosso foco porque é o foco do romance que estamos analisando, a figura central da revolução, do governo e, conseqüentemente, desse universo literário é o Grande Irmão. É em nome dele que a revolução foi feita, foi ele que inspirou um grupo que exigisse um mundo melhor do

que o mundo pós-guerra. É ele que inspira toda a organização do mundo pós-revolução, incentivando o trabalho dos que estão sob o seu governo, impelindo todos os que vão para a guerra. Todas as vitórias e avanços são atribuídos a ele e tudo o que se faz na Oceania é em nome dele. Ele é a figura que representa o poder. No entanto, podemos afirmar que o Grande Irmão nunca existiu, porque ele nunca vai morrer, como nos diz, em certo ponto do livro, um dos personagens mais importantes do partido na narração. A ideia que Orwell nos passa aqui é de um conceito que tem como fachada uma personalidade, porque as pessoas criam um laço afetivo muito mais forte e muito menos vulnerável com a figura de outro ser humano do que com um conceito, uma ideologia. É possível interpretar essa escolha do autor, além das claras referências à figura de Stalin que nos servem para um contexto em especial, como um alerta sobre a natureza do poder e a relação dessa natureza com a do ser humano, bem como as suas consequências. Se por um lado podemos dizer que o poder explora as vulnerabilidades do homem – manipulando o despertar de seus afetos para encobrir e justificar os seus possíveis abusos –, por outro podemos dizer que é necessário uma grande dose de sensibilidade humana para perceber as sutilezas das quais o poder se apropria para conseguir o que deseja, como a estratégia de manipular os seus traços humanos para humanizar a natureza maquiavélica do poder.

Também tendo uma percepção precisa de que os seres humanos se unem de uma maneira praticamente visceral quando tem um inimigo em comum, o partido cria também um inimigo-conceito para se opor ao Grande Irmão e, sendo esse último o grande benfeitor para a sociedade, une toda a população ao seu líder. O seu nome é Goldstein – e se o Grande Irmão é uma projeção de Stalin, Goldstein seria a de Trotski – e ele inspira um ódio incomensurável em praticamente todos os habitantes da Oceania, que é manifestado regularmente em cerimônias denominadas “2 minutos de ódio”. Não sabemos onde ele está, mas o que é dito sobre ele é que ele continua trabalhando em uma conspiração contra o Grande Irmão e o seu governo, continua recrutando simpatizantes de sua causa através de um livro, chamado de “o livro”, mesmo que aparentemente todos estejam envolvidos na mesma penumbra de ódio cego contra ele. Por conta disso, defendemos aqui que existe uma segunda área de atuação para a figura do inimigo no universo da Oceania. O governo usa a criação de um inimigo que inspira um ódio orgânico e

representa uma ameaça teoricamente real, para ser, justamente a solução messiânica desse problema. Somente uma figura tão idônea e tão respeitável como o Grande Irmão é capaz de deter os avanços maléficos e sagazes de Goldstein. O regime da Oceania, assim, concentra o Mal em uma figura única, para a qual toda a maldade do mundo converge.

Além dessas duas figuras centrais para o estabelecimento do poder do partido, outra estratégia é utilizada: a guerra. Como vimos mais acima, existe um grande território que não está sob o domínio de nenhuma das três grandes potências, mas é o alvo de constante disputa delas. No entanto, é importante entender que o conceito de guerra dentro desse universo não é o mesmo que antes da revolução – e, conseqüentemente, não é o mesmo que o nosso – e essa mudança tem seus princípios na ordem de importância de motivação de guerra.

Em primeiro lugar, o conflito entre as potências por aqueles territórios em questão nunca será resolvido, porque nenhum dos participantes tem intenção de ganhar. Isso nos leva à segunda mudança de motivação: não existe nenhum interesse material nessa disputa. Todas as potências têm dentro de seu próprio território todos os recursos necessários para obter o que quer que precisem. Por isso, a guerra tem os seus motivos específicos dentro desse universo. A grande explicação se dá em torno da questão econômica, que consiste basicamente em ser uma maneira de manter a indústria em plena atividade sem que a qualidade de vida aumente o suficiente para que as pessoas se eduquem e, conseqüentemente, tenham munção intelectual para se opor ao regime. A função da guerra, então, seria destruir, ao invés de contingente humano, como anteriormente, mercadorias, além de se tornar uma ótima desculpa para que a população viva na linha da miséria – tanto nas condições de moradia, quanto na alimentação e em todo o quesito de bens materiais. Por ser constante a necessidade de escoamento de mercadorias, a guerra se torna constante. Claro que a guerra necessita de um contingente humano de soldados – ignorantes das sutilezas do mecanismo de controle empregado, evidentemente –, mas Orwell, de certa forma, prenunciava algo das guerras modernas, com seus *drones*, robôs e demais mecanismos em conflito, apenas com a população civil como alvo essencial das destruições em massa.

Aqui chegamos a uma conclusão de que a guerra existe e funciona com o propósito de manter o *status quo* daquela sociedade, com isso o próprio sentido da

palavra guerra está distorcido. E, existindo permanentemente, se encontra no mesmo patamar que a paz, como elemento estabilizador necessário e cotidiano, o que faz com que parte de um dos lemas centrais do partido que compõe a epígrafe desse capítulo faça muito sentido: guerra é, para todos os efeitos, paz.

Quanto à população da Oceania, temos três grandes classes. A minoria da população é constituída pelas pessoas envolvidas com o partido que está no poder: os membros internos do partido, as pessoas que ocupam cargos administrativos no governo; os membros externos do partido, as pessoas que trabalham para os órgãos governamentais, como o Ministério do Amor, que cuidaria da manutenção da ordem e do poder; o Ministério da Verdade, produtor das notícias, entretenimento, educação e artes; o Ministério da Fartura, responsável pelas questões econômicas e o Ministério da paz, responsável pelas questões da guerra. Eles constituem a minoria, mas é essa minoria a única parcela da população que é importante o suficiente para que o governo trabalhe para dominá-los. Os oitenta e cinco por cento restantes da população da Oceania eram chamados de proles. Insignificantes para o governo que os tratava de uma maneira muito ambígua, já que os considerava importantes o suficiente para serem libertos da mão dos capitalistas exploradores, mas naturalmente inferiores e por isso só eram necessários para mão de obra e reprodução, que visava a produção de mais mão de obra, eles viviam uma vida alheia ao partido, sem vigilância nenhuma, com pouquíssimas leis e somente alguns guardas circulando por suas ruas. Nas duas outras obras já citadas por seguirem a mesma linha de *1984* se encontram grupos muito parecidos com os proles. Em *Admirável mundo novo* de Huxley, a existência de uma vida exterior ao regime que o protagonista se encaixa é inicialmente um mistério. Em *1984*, ela não é desconhecida, mas também ocupa um lugar bem periférico na trama. Já em *Nós* de Zamiatyn, os selvagens têm representações semelhantes e papéis parecidos na trama em relação aos proles de Orwell, com a única diferença de que em Orwell eles moram dentro dos muros das fortalezas e são parte integrante do sistema.

Por outro lado, a parcela da população relevante para o governo vive em uma realidade sem leis e sem proibições, mas ao mesmo tempo de completa vigilância e sob a constante ameaça de serem denunciados para a Polícia do Pensamento, responsável por cuidar das pessoas que apresentavam até mesmo o mínimo sinal de inadequação em relação àquela sociedade. Com a ausência de leis

bem estabelecidas, a motivação para prender alguém pode ser de qualquer natureza. A vigilância se dá de muitas maneiras, mas principalmente através de um dispositivo tecnológico que monitora praticamente todas as ações dos membros do partido. Capaz de transmitir imagem e som, ele é programado para controlar os horários cotidianos das pessoas e a que tipo de informação elas tem acesso, mas também capaz de captar imagem e som, controlando assim a maneira como as pessoas desempenhavam todos os seus afazeres. O nome desse dispositivo é teletela e eles estão espalhados por todos os ambientes nos quais os membros do partido circulam: das salas de casa às salas de trabalho, dos refeitórios às praças. A tela imaginada por Orwell tornar-se-ia o elemento mais conhecido de *1984*, absorvido pela ficção científica (uma das melhores traduções da teletela são os dispositivos televisivos que temos em *THX 1138* (idem, 1971) de George Lucas) e mesmo em programas televisivos, que agora a converteram em item *positivo*, nada distópico.

Um último aspecto geral sobre a vida na Oceania que consideramos relevante para entender o universo literário criado por Orwell em *1984* é a estrutura social em seu aspecto mais mínimo, ou seja, o familiar. As famílias são formadas unicamente para que a população não pare de crescer, mas o papel social dos pais como nós o conhecemos não se encaixa muito bem com o representado no livro, já que toda a educação das crianças é feita principalmente por órgãos do partido, sendo o papel dos pais primordialmente alimentar seus filhos quando eles não são capazes de fazê-lo por conta própria e não contradizer a mensagem que vem da parte do partido. Os laços de afetividade também sofrem transformação, pois todos são ensinados desde muito cedo que o mais importante para a vida de um membro do partido é o amor ao Grande Irmão, acima de todas as coisas. Com isso, reforça-se a diferença na relação entre pais e filhos, quando os laços de afetividade são mais fortes entre os indivíduos e a figura do líder político do que entre os membros da família, temos casos de filhos denunciando pais para a Polícia do Pensamento.

O relacionamento entre casais também muda, pois além de tirar a questão do amor de jogo quando se coloca o Grande Irmão como prioridade, faz parte do código de conduta implícito do partido a recriminação do sexo por prazer. Para bons membros do partido, o sexo só é praticado para a procriação e nem mesmo nessa situação deve ser ligado ao prazer. Isso significa que, além de termos

a repressão de uma grande parte da identidade do ser humano, que é sua sexualidade, as relações matrimoniais se resumem a uma questão de fertilidade. Mulheres estéreis ou fora de seu período fértil podem abandonar seus respectivos maridos, sem que isso signifique qualquer complicação.

Tendo essa visão geral sobre a vida na Oceania, passaremos a falar sobre a ideologia por trás desse governo que rege toda a estrutura já descrita: o Ingsoc. Para isso, vamos trabalhar com o tripé estabelecido por Orwell que compreende a essência do Ingsoc, composto pela noção de mutabilidade do passado, pelo duplipensar e pela novilíngua.

1.2.1 Sobre o tripé do Ingsoc.

A relação do regime com o passado se baseava no fato de que o mesmo está sempre de acordo com o presente. “Quem controla o presente, controla o passado” é a primeira metade de um dos lemas do partido. Orwell faz valer em sua ficção os seus temores sobre a manipulação dos fatos quando da Guerra Civil Espanhola: na Oceania, o que quer que o partido diga hoje é e sempre foi a única verdade existente. Se a informação publicada nos boletins hoje diz que a quantidade de produção de um produto qualquer alcançou um grande objetivo para servir melhor a população, essa era a verdade, mesmo que esse produto esteja em falta nos mercados pelos últimos meses. Se hoje as notícias dizem que a Oceania fez um avanço bem sucedido na guerra contra a Lestásia, todos, cheios de orgulho da Oceania e de ódio pela Lestásia se alegram, pois estão envolvidos nessa disputa há anos, mesmo que no mês passado o inimigo mortal da Oceania fosse a Eurásia. Nessas circunstâncias, o passado mudava tão frequentemente que de fato havia sido destruído e a única possibilidade para resgatá-lo seria a memória.

No entanto, o partido, através da educação intensa de toda a população, excluiu da vida cotidiana o nosso conceito de memória. Toda a informação relevante para o momento era dada pelo partido no instante desejado e, ao ser usada para o seu propósito, essa informação caía no esquecimento completo, até que fosse necessário usá-la novamente e assim por diante. De certa forma, a sociedade da Oceania implementa a visão de Nietzsche do esquecimento, como “poder ativo” e

“faculdade moderadora” (NIETZSCHE, 1998, p. 47). A definição desse esquecimento nas palavras do próprio Nietzsche:

Esquecer não é uma simples *vis inertiae*, como creem os superficiais, mas uma força inibidora, ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido, não penetra mais em nossa consciência [...]. (NIETZSCHE, 1998, p. 47)

O esquecimento que antes era entendido por um processo involuntário, muito dependente do passar do tempo, passa a ser uma ação cheia de propósito e objetivo, de modo que tudo o que se apreende pelos sentidos ou até mesmo pelo intelecto só chega à consciência quando permitido por uma instância de poder que não o indivíduo. Nietzsche fala que essa possibilidade de esquecer e deixar de esquecer nos mostra a atuação de uma faculdade oposta à memória, mas que também é memória em si e que, para um indivíduo que precisa esquecer, ter essa faculdade operando em seu pleno desempenho é uma espécie de saúde forte, o que também é muito válido na Oceania de Orwell, onde os indivíduos mais capazes de esquecer eram considerados como os membros ideais do partido, os realmente devotos ao Ingsoc, os que amavam verdadeiramente ao Grande Irmão. Observamos que é justamente esse problema de memória que ajuda a construir a perversão do universo literário de Orwell e mais uma vez temos uma observação de Nietzsche para nos apoiar: “Quanto pior ‘de memória’ a humanidade, tanto mais terrível o aspecto de seus costumes”. (NIETZSCHE, 1998, p. 51)

Para que nada consiga provar que o passado não é aquilo que se diz ser, tendo tirado o problema da memória de questão, o único empecilho são os registros. E é aí que o Ministério da Verdade representa a solução sendo o esforço público de manter todas as publicações que já circularam atualizadas com o presente. O trabalho é infinito e extenso, ocupando muitos membros do partido que trabalham nessa tarefa durante todo o tempo que tenham disponíveis. Portanto, o partido chega ao ponto desejado: quando a memória é falha e todos os registros estão falsificados, não existe nada que prove que o passado não seja aquilo que eles desejam. A experiência de Orwell e o conceito que ele forjou a partir dela não estão distantes de uma experiência *real*: há o episódio, descrito por Alcebíades Diniz Miguel, do artista plástico soviético Alexander Rodchenko, desfigurando retratados de seu livro de fotografias do Usbesquistão por ordem de Stalin (cf. MIGUEL, 2011,

p. 98). O livro de Rodchenko foi concebido inicialmente como um álbum comemorativo de 10 anos do Uzbequistão, composto por retratos de governantes e inúmeras estatísticas, resultando em uma estratégia de propaganda vulgar. No entanto, em um dos grandes expurgos de Stalin, vários dos governantes, que foram homenageados no volume, tiveram suas existências completamente apagadas da face da terra. Após isso, o artista, em seu volume pessoal da obra, passou a desfigurar os rostos dos expurgados com tinta nanquim, criando segundo o historiador e fotógrafo David King, uma nova obra de arte, já que as camadas de tinta formavam máscaras mortuárias para os rostos rasurados, que transmitiam esteticamente o destino de seus donos.

A segunda coluna no tripé do Ingsoc é um conceito tão central para o universo literário do livro quanto a figura do Grande Irmão – o duplipensar. É uma das estratégias que contribui inclusive para que a memória seja flexível o suficiente para ser manipulada. O duplipensar pode ser basicamente definido pela capacidade de acreditar plenamente em duas ideias completamente contraditórias simultaneamente. No caso das mudanças constantes do passado, o exercício do duplipensar funciona de maneira tal que o cidadão da Oceania sabe que suas memórias estão sendo alteradas, mas ao mesmo se apoia na certeza de que a realidade não está sendo violada. É um exercício que exige que o processo seja, ao mesmo tempo, consciente, para que seja devidamente preciso, e inconsciente, para que não suscite nenhum sentimento de dúvida ou falsidade. Até mesmo para entender o duplipensamento precisamos nos utilizar dele.

Apesar de causar um grande estranhamento quando tratamos dessa ideia nesses termos, o duplipensar se aproxima de nós através da nossa familiaridade com o paradoxo, quando pensado pela lógica. Duas ideias opostas unidas por uma situação qualquer, nos incomodam quando racionalizamos a situação, mas nos parecem perfeitamente naturais e possíveis se analisadas separadamente. A exemplo disso, para tornar a discussão menos abstratas, trataremos da abordagem que Jorge Luis Borges (1994, p. 79) faz do paradoxo de Zenão em seu pequeno ensaio “A perpétua corrida de Aquiles e a tartaruga”. O paradoxo de Zenão envolve uma situação na qual Aquiles, o herói grego e símbolo de agilidade, e uma tartaruga, animal classicamente considerado como um dos mais morosos, decidem apostar uma corrida. Aquiles, sabendo de sua vantagem sobre o animal, deixa que a

tartaruga comece a corrida com uma vantagem quanto ao espaço a ser percorrido, o que cria a seguinte situação paradoxal: Aquiles nunca irá alcançar a tartaruga porque sempre que ele chegar no ponto em que a tartaruga estava quando ele iniciou a sua corrida, ela já estará em um outro ponto, um pouco mais adiante e assim *ad infinitum*. Borges cita alguns dos pensadores que propuseram soluções para essa situação, por exemplo Stuart Mill, Henri Bergson e Russell, mas acaba por concluir que existe uma grande variável em comum nas tentativas de resolução do paradoxo de Zenon, que se apresenta como fator limitador da realidade. Ou seja, somente partindo de princípios ideias de espaço e tempo, que muito diferem da nossa realidade, é que se pode entender o problema como um paradoxo de difícil solução. Por conta disso, Borges conclui o seu ensaio afirmando a incontestabilidade do paradoxo de Zenão e fazendo um convite que muito se relaciona com o duplipensar: “Aceitemos o idealismo, aceitemos o crescimento concreto do percebido e eludiremos a pululação de abismos do paradoxo” (BORGES, 1994, p. 86). Ou seja, o duplipensamento é um exercício análogo aos paradoxos da Lógica: assim como Borges nos impele a conciliar o paradoxo de Zenão a partir das idealidades da lógica, mas também a partir do que pode ser observado, mesmo que esses dois lados da questão pareçam excludentes, o duplipensar constitui-se do acreditar piamente e simultaneamente nesses dois lados da questão, com a diferença que a aceitação do paradoxo deixa de ser um exercício filosófico para se transformar em um ato absoluto de Fé.

Duplipensar é um termo, como tantos outros que aparecem no livro, que vem da novilíngua, a língua do partido em 1984. Por hora, vamos nos deter em descrevê-la em poucas linhas, já que trabalharemos com todos os princípios que a constituem em riquezas de detalhes mais adiante. O objetivo central da novilíngua é proporcionar, em primeiro lugar, um meio de expressão adequado e compatível com a visão de mundo e com os hábitos de um devoto ao Ingsoc e principalmente fazer com que qualquer outro modo de pensar seja completamente inviável.

1.3 Sobre o enredo.

Com as informações gerais sobre o universo literário de 1984, podemos passar para a trajetória que se articula dentro dele. Desde o início do livro,

acompanhamos Winston Smith, morador de Londres, uma das principais cidades da Pista N° 1, que é a terceira parte mais populosa da Oceania. Apesar do personagem ter um nome ordinário, não é um cidadão ordinário. Ele vive em um mundo que parece ter negado seus aspectos mais humanos, mas, ainda sim, mantém vivos em si mesmo os desejos por liberdade, integridade e amor. Ele representa uma peça defeituosa para a máquina do sistema em que vive, sendo alguém que resiste a todo o tipo regular de forma de controle: das teletelas à educação, da manipulação dos fatos do presente ao controle e falsificação do passado. Ele representa a resistência bem explicada por Michel Foucault:

[...] que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; [...] (FOUCAULT, 2009, p.91)

O partido e o Grande Irmão representam o lado dominante do poder, de um modo peculiar por não ser o poder um meio para alcançar um objetivo, mas como um objetivo por si só. Winston nasceu e foi criado já dentro dessa lógica do partido e por isso não pode ser considerado exterior as redes de poder que se formam ao redor dele. E, ainda assim, ele constitui o contraponto da lógica do seu mundo de maneira muito espontânea – ao trocar olhares ou ao comprar um caderno e decidir escrever – e, de fato, fadada ao sacrifício, mas não por isso menos possível e necessária.

Percebemos, ao olhar para o livro como um todo, que suas três divisões formais – parte um, parte dois e parte três –, coincidem com uma mudança também na estrutura narrativa. Para entrar em contato com o universo literário em que seu personagem se insere, Orwell opta por colocar em Winston o foco narrativo. Apesar de não ser a voz de Winston que diretamente nos conta a história, é através dele que enxergamos tudo. Isso reforça ainda mais o posicionamento do autor de querer não simplesmente nos mostrar uma grande estrutura governamental que faz do mundo um pesadelo a partir de seu exterior, mas sim de revelar a relação de um indivíduo em relação a essa estrutura e como a microfísica do poder, um termo também foucaultiano, atua até mesmo nas menores situações, mostrar essa relação a partir do interior, como nos diz a citação acima.

No entanto só passamos a acompanhar a vida de Winston quando ele já é um adulto, por isso não faria muito sentido descrever em riqueza de detalhes tudo o que envolve o seu dia-a-dia sem algum motivo. É claro que toda a narrativa tem um elemento provocador que nos apresenta ao mundo ficcional e à história do livro em si, mas, no caso de *1984*, é interessante perceber que Orwell faz desse elemento provocador uma situação dialógica, o que facilita e muito que a apresentação do mundo de Winston se dê de uma forma orgânica: a ideia de Winston de escrever um diário. Pensando nisso, e olhando para o romance como um todo, é possível interpretar que todas as três partes do livro tem um diálogo como um elemento constituinte central. Na verdade, o ponto de princípio do romance é exatamente a decisão de Winston em subverter o universo prescrito pelo sistema político no qual está inserido; a subversão inaugura a trama.

Como já foi dito, o diálogo central da primeira parte do livro é entre Winston e um diário. A ideia de escrever um diário surge por dois motivos, sendo o primeiro deles um detalhe estrutural do apartamento de Winston. Como a casa de todos os membros do partido externo da Oceania, a casa do nosso protagonista também tem uma teletela. Porém a posição onde ela se encontra instalada não é usual, já que ao invés de se posicionar em uma parede vazia, de onde se captaria todos os espaços da sala, a teletela está posicionada na parede oposta. Além disso, nessa parede onde se situa a teletela supostamente existiriam algumas prateleiras, mas elas nunca foram instaladas. Sedento por um tempo de privacidade, no qual ele não precisasse ser o ator em frente às câmeras, que poderiam ou não estar sintonizadas para assisti-lo, Winston percebe que, se ele se posicionar junto ao vão das não prateleiras, a teletela não consegue captá-lo, apesar de ainda conseguir ouvi-lo. Isso sugere ao protagonista que ele pode existir em uma brecha do sistema, mesmo que pequena, breve e silenciosa.

É passeando por uma loja de antiguidades na parte da Londres que pertence aos proletas – os membros do partido são aconselhados a não circular por essa parte da cidade, mas essa não era uma regra muito seguida principalmente para efetuar pequenas transações comerciais de produtos que não se encontrava em outros lugares – que Winston se depara com um caderno que o fascina pela beleza. E é esse o segundo elemento que provoca Winston a pensar em um diário. Fascinado pelo passado, Winston se sente atraído pelo caderno porque ele traz uma

atmosfera de um passado que ele acredita ter sido melhor do que o presente em que ele vive. Cadernos como aquele já não eram produzidos há mais de 40 anos, mas pelas páginas amareladas e pelos sinais de desgaste do tempo, Winston imagina que o caderno tenha sido produzido num passado ainda mais distante. O caderno é atraente sim por despertar sensibilidade estética de Winston, mas ele se torna irresistivelmente belo por ser de um passado pré-revolucionário, antes da era do Grande Irmão. Winston o compra e o leva para casa com culpa, sabendo que a simples posse de um objeto como aquele poderia resultar em punições drásticas.

É por isso que ele não passa a usar o seu caderno como diário imediatamente. Durante a rotina normal do ritual de Dois Minutos de Ódio no seu setor do Ministério da Verdade, Winston vê dois personagens importantes para a nossa história justamente porque o incomodam de maneiras diferentes, mas o incomodo parece ter a mesma natureza. A primeira personagem se chama Julia, é uma bela moça morena, estando por volta de seus 27 anos, ela trabalha do Departamento de Ficção, que é responsável por operar as máquinas que produzem livros, e tem movimentos atléticos e rápidos. Ela causa em Winston uma espécie de sentimento paradoxal, pois ao mesmo tempo que ele se sente atraído por ela, pela sua juventude, pela sua beleza, ele sente um ódio e uma repulsa extrema ao pensar nela como um membro ortodoxo do partido, inclusive porque a moça usa uma faixa vermelha na cintura, o que simboliza que ela faz parte da Liga Juvenil Antissexo. Julia é para Winston mais uma representação da capacidade destrutiva do partido, pois apesar de ter todas as suas características positivas e atraentes, ela tinha se contaminado com o Ingsoc.

Já o incomodo com o segundo personagem, O'Brien, funciona de uma maneira diferente. Ele é um homem grande, de boa aparência, charmoso, de modos urbanos e com um corpo atlético e mesmo sendo do partido interno, ele não parece para Winston completamente ortodoxo. O'Brien representa, então, justamente o contrário de Julia, por ter todas as possibilidades de ser alvo de ódio profundo de Winston, mas, pelos traços extremamente subjetivos que Winston enxergou nele, ele se torna uma figura atraente.

Aqui podemos até falar sobre o possível uso do princípio do duplipensar para a construção do protagonista. Sendo O'Brien e Julia duas representações que, se contrastadas, se opõem largamente uma a outra, Winston conseguiria, através do

duplipensar se sentir atraído pelas duas, simultaneamente. Se pensarmos nas motivações da sua atração também é possível enxergar que existe uma operação do duplipensamento para conciliar o desejo de destruição de Julia e de identificação para com O'Brien.

Tendo esses dois impulsos muito latentes nele e enxergando a possibilidade de conseguir externar pelo menos um pouco de todo o caos e confusão que estava dentro dele por não entender o sistema no qual estava inserido, ou melhor, por entender demais o sistema no qual estava inserido e por isso enxergar sua perversão, Winston decide por em prática a sua ideia. Ele está completamente ciente de que o ato de escrever o que quer que seja representa o começo da sua destruição, pois o resultado desse ato era a morte e o que o separava dele era uma simples questão de tempo. Na verdade, Winston entende que as ideias que estão dentro dele vão inevitavelmente vir à tona e ele chega a conclusão de que seria melhor morrer tentando investigar e provar para si que ele tem razão do que morrer por um simples lapso. E aqui encontramos o cerne da motivação de Winston: a partir do momento em que ele passa a escrever até o final de sua jornada, ele nos mostra de que está em busca de sanar um questionamento interno: talvez ele estivesse errado quanto às percepções e quanto às conclusões que tinha chegado em relação ao partido, talvez não. É o pavor de estar errado, de ser pego sem propósito que o leva adiante, em direção a Polícia do pensamento, ao Ministério do Amor e finalmente à morte e à vaporização. Trata-se de uma distorção do processo socrático de conhecer a si mesmo: a declaração de ignorância diante do universo para que fosse possível compreendê-lo volta-se contra si própria, pois o conhecimento subjetivo é um crime na sociedade imaginada por Orwell. O conhecimento só pode ser objetivo e advindo de fonte única, o Ingsoc. É atribuída a Sócrates a máxima “Só sei que nada sei”, que se constitui a partir da consciência da própria ignorância escolhendo uma abordagem do não saber em relação ao conhecimento, em detrimento de uma posição do saber. Essa consciência da ignorância permite a aproximação da máxima do oráculo de Delfos “Conhece-te a ti mesmo” ao pensamento socrático e assumindo que os homens não apreendem e nem aprendem as coisas que os rodeiam, admitir a própria ignorância é um modo de se aproximar mais da verdade e da natureza humana. Já em *1984*, a única maneira de apreender e aprender o mundo e a vida é através dos princípios pregados pelo

partido, atribuídos ao Grande Irmão e aplicados efetivamente por instâncias governamentais, tais quais a Polícia do Pensamento. Ao contrário do pensamento socrático, a base da abordagem ao conhecimento não é admitir a ignorância, mas sim se submeter intelectualmente aos princípios do Ingsoc. Portanto, no universo literário dessa obra a máxima que impera seria algo próximo de “Só sei o que o Ingsoc sabe”.

Dentre as entradas no seu diário, muitas delas desconexas, algumas mais caóticas do que outras, encontramos algumas que contribuem mais para entender quais são as observações e as aflições de Winston quanto ao mundo massacrante em que ele habita. A primeira que consideramos interessante destacar é a entrada que define quem é o interlocutor desse diálogo, para quem ele está escrevendo. Encontramos o seguinte trecho:

To the future or the past, to a time when thought is free, when men are different from one another and do not live alone – to a time when truth exists and what is done cannot be undone:
From the age of uniformity, from the age of solitude, from the age of Big Brother, from the age of doublethink–greetings! (ORWELL, 2011, p.28)

Winston, ao definir as características do tempo para o qual ele escreve e com termos antitéticos falar sobre o seu próprio tempo, estabelece exatamente quais são, em linhas gerais, as suas insatisfações. Interessante que ele não projeta somente para o futuro, mas também para o passado, o que tem a dizer, já que sua intenção é falar sobre o que é o seu tempo para quando as coisas forem diferentes. Isso quer dizer que ele não tem intenção de convencer ninguém da sua época e ela não o inspira a nenhum tipo de esperança. Esse tempo idealizado, no futuro ou no passado, é caracterizado por elementos dos quais Winston é carente. Ele se frustra com todos os contatos humanos que tem por não conseguir enxergar um pensamento que não tenha sido formulado pelo partido, o que faz com que todos sejam extremamente parecidos e com que ele seja cada vez mais gritantemente diferente. Como consequência disso também vem a sua solidão profunda, já que nem amigos, nem família e nem esposa ele foi capaz de manter por perto, por conta da mentalidade geral que predominava em seu mundo. O ponto final que ele destaca é justamente o contrário do princípio do duplipensar, do princípio do governo do Grande Irmão, que ele diz que está endereçando suas palavras para um tempo em que verdades objetivas existam e que atos e acontecimentos concretos

sejam delineados e inalteráveis. E com isso ele constrói um registro com esses elementos, para que, por mais apavorantes que sejam as coisas que ele conta, a sua experiência não seja maculada por possíveis atenuações no tempo em que for lido.

A segunda entrada relevante para entender a posição de Winston fala sobre a única possibilidade de escape que ele consegue enxergar naquele sistema: “If there is hope it lies in the proles” (ORWELL, 2011, p. 69). É na massa amorfa e alienada, tão desimportante que o partido não se dava nem mesmo ao trabalho de vigiá-los apropriadamente, que Winston vê esperança. Ele parece ser um tanto quanto fascinado com os proles, dado que frequentava o lado deles da cidade mais do que o membro do partido normal. Ele tentava entendê-los e via beleza neles. Via neles a força e o contingente necessário para derrubar o partido. Mas até mesmo nisso o partido interfere, mantendo-os estrategicamente não educados, apáticos às questões políticas, completamente fora de qualquer círculo de informação meramente importante. E ainda assim Winston acreditava que era deles que vinha o movimento que poderia mudar a situação governamental do conglomerado que era a Oceania.

Em meio a uma das suas reflexões sobre os proletas encontramos outro traço forte da indignação de nosso protagonista. No final dessa primeira parte do livro, entramos em contato com a obsessão de Winston de descobrir como era a vida antes da revolução. Ele, que trabalhava com falsificações de registros, sabe muito bem que todo o material produzido pelo partido sobre os acontecimentos e a vida da população antes da revolução não poderiam ser mais parciais. Mas isso não o impede de pegar emprestado com os filhos de sua vizinha um livro de história e copiar um trecho sobre a vida pré-revolucionária em seu diário, para argumentar e ponderar o que ele sabia sobre o passado: ele não existia, porque ele foi apagado e reescrito tantas vezes pela mão do partido que até mesmo as pessoas que ainda estavam vivas na época de Winston não conseguiam dar um relato minimamente satisfatório para ele. Conseguimos perceber exatamente isso quando Winston, levado pela sua obsessão, se encontra com um idoso que tinha passado sua infância no mundo antes da revolução e ele sai completamente decepcionado porque percebe que o senhor não tem a resposta para as dúvidas dele.

A última entrada do diário que irmos destacar aqui também é uma das citações simbólicas de *1984*: “Freedom is the freedom to say that two plus two make four. If that is granted, all else follows” (ORWELL, 2011, p.81). Com a sua liberdade completamente tolhida, Winston defende que essa liberdade significa poder externar aquilo que se consegue deduzir através da observação do que nos cerca e concluir a partir das coisas que captamos sensorialmente. Tendo essa liberdade respeitada, o princípio da humanidade estaria preservado. O que nos deixa a interpretar que esse é o grande drama de Winston, o de não ser capaz de negar ou de acreditar contrariamente ao que ele consegue ver ou sentir de seu universo. É por ter um rastro de humanidade que ele se torna perigoso.

Podemos, então, concluir que essa primeira parte, além de apresentar de maneira geral o universo onde a história se passa, nos dá informações importantes sobre o nosso protagonista e, principalmente, os pressupostos para entender a fundamentação da revolta de Winston e as ações consequentes que se passarão nas outras duas partes do romance.

A segunda parte de *1984* é a que mais apresenta acontecimentos em desenvolvimento. Depois de anos suprimindo os seus impulsos e sua opinião, Winston, que passa a primeira parte em um diálogo interno, tem a oportunidade de dividir com outra personagem as suas angústias. Isso se dá porque Julia, logo no início da segunda parte, aborda Winston com um bilhetinho que diz “Eu te amo”. É claro que isso não pode ser feito às claras, em plena luz do dia e é por isso que, percebendo que estava prestes a cruzar com Winston, como já havia feito inúmeras vezes nos corredores do Ministério da Verdade, ela finge tropeçar e cai no chão, acionando os instintos cavalheirescos de Winston, que automaticamente se propõe a ajudá-la. Em meio ao processo de se levantar e responder a Winston que estava tudo bem e que a queda não tinha sido grave, Julia consegue deslizar um pedacinho de papel dobrado para a mão dele. Somente depois de voltar para o seu cubículo de trabalho, de deixar algum tempo passar e esconder o pedaço de papel no meio de um calhamaço de papéis de trabalho, Winston é surpreendido pelo conteúdo da mensagem e se inicia, então, a relação romântica entre os dois, que gera o diálogo central dessa segunda parte.

A formação do casal parece muito propícia, quando percebemos que Julia está tão insatisfeita com sua realidade, com o partido e com o Grande Irmão quanto

Winston e não apresenta o mínimo de ortodoxia ao Ingsoc, como ele imaginava. O primeiro encontro real deles fora do circuito de vigilância do partido se deu em um bosque afastado da cidade, lugar indicado por Julia, que tinha o encontrado em uma caminhada promovida por um dos órgãos do partido do qual ela participava. Nesse primeiro encontro, juntamente com Winston, descobrimos que todas as atividades que ela desempenhava – as três noites semanais que ela se voluntariava na Liga Juvenil Antissexo, as passeatas das quais ela participava, a euforia que demonstrava para todas as atividades relacionadas ao partido – eram simplesmente a estratégia que ela usava para despistar o seu comportamento subversivo. Um pouco mais a frente, fica bem claro que Winston infere uma regra geral do comportamento de Julia quando diz “If you kept the small rules you could break the big ones” (ORWELL, 2011, p. 129).

Em Julia, temos um caso de um dissidente que teatraliza a sua adesão cotidiana ao partido para escapar da repressão. Apesar disso, essa posição é um tanto quanto problemática porque, para escapar da vigilância minuciosa da Polícia do Pensamento, dos espiões, das teletelas, é preciso que o fingimento seja extremamente convincente, o que poderia gerar um conflito com os conceitos pessoais da personagem. É possível dizer que é só através da posição pelagiana do autor que podemos continuar crédulos que o teatro da personagem é de fato somente uma atuação e não enxergarmos os seus atos como os de qualquer outro membro do partido.

No caso de Julia, observar as pequenas regras era parecer a mais devota ao Ingsoc da Oceania, para poder quebrar as grandes regras, que para ela significava principalmente as que diziam respeito à sua sexualidade. É estabelecido desde o início que Winston não é o primeiro membro do partido que se envolve com Julia, já que ela parece fazer da sedução e do sexo, dito ilícito pelo partido, ou seja, pelo simples prazer, a sua arma contra o sistema, a sua maneira de corrompê-lo a partir de seu interior. Ao se tornar o parceiro dela, Winston também se adapta a lógica. Analisando a relação dos dois e o que o sexo realmente representava nesse contexto, ele chega à conclusão: “No emotion was pure, because everything was mixed up with fear and hatred. Their embrace had been a battle, the climax a victory. It was a blow struck against the Party. It was a political act.” (ORWELL, 2011, p.126)

Para Julia, isso parece ser vingança o suficiente. De tudo aquilo que o regime havia lhe privado, ela retoma certos direitos em suas mãos de alguma maneira, seja em pequenos detalhes como o seu linguajar – um membro do partido não deve falar palavrões e ela faz questão de vociferá-los com a maior frequência possível – até os seus desejos afetivos e sexuais. No entanto, para Winston isso não parece ser suficiente. Ele sabe que está morto, que seu futuro está traçado e que esse futuro envolve morte em um curto espaço de tempo, mas ainda assim ele não se contenta em se deitar com uma mulher bonita, escapar dos seus momentos mais visceralmente solitários, comer chocolate de boa qualidade comprado no mercado negro e estar por alguns pequenos espaços de tempo livre de vigilância. Ainda assim, ele precisa saber se o que os seus instintos dizem está certo.

É por isso que, através de todo o diálogo com Julia durante a segunda parte do livro as inquietações de Winston se delineiam melhor e fica bem claro para ele que, por mais gratificante que sua relação com Julia seja e apesar de ambos terem em si uma rebeldia contra o mesmo sistema, a insatisfação deles tinha origens semelhantes e vetores diferentes. Ambas as insatisfações começavam na negação da individualidade e da liberdade por parte do partido, mas se a de Julia caminha para a corrupção dos ideais do partido como maneira de retomar parte da sua individualidade e liberdade a de Winston se revela caminhar para a direção de uma ânsia de justificativa, já que entendia como o sistema funcionava, mas não conseguia compreender o porquê ele se estabelece daquela maneira tão bruta e tão desumanizante.

É por isso que é Winston que se empolga muito mais do que Julia com a abordagem de O'Brien, que parecia oferecer provas de que a Irmandade, organização conspiratória de Goldstein, existia. O'Brien se aproxima de Winston dizendo que prestou atenção em um dos artigos mais recentes que ele havia publicado no *The Times* e que percebeu que algumas das palavras já estavam obsoletas segundo o ultimo dicionário de Novilíngua que ainda não estava circulando no mercado. Para solucionar esse problema, O'Brien passa o seu endereço para Winston para que esse passe em sua casa para pegar uma cópia do dicionário. Passado o susto e o entorpecimento do momento, Winston percebe que o fato de um membro do Partido Interno ter lhe oferecido o endereço de sua casa não

era justificado por apenas um dicionário, qualquer que ele fosse. O'Brien tinha visto algo em Winston e decidira estender a sua mão para essa alma desesperada.

Winston divide com Julia essa novidade e a leva para a casa de O'Brien no dia da tão esperada visita. Talvez pela primeira vez em toda sua vida, algo tinha acontecido exatamente como Winston esperava. O'Brien, sempre atrás de um véu de elegância e charme revela para o casal que ele faz parte da Irmandade e que eles estão prontos para serem iniciados na organização, caso estejam prontos para as consequências que esse comprometimento inevitavelmente tem – da apreensão à tortura, mas nunca a deserção. Winston e Julia parecem até mesmo voluntários para as consequências, contanto que isso significasse algo em um mundo onde tudo pode significar qualquer coisa que o partido diz que significa.

O'Brien passa as informações para o casal de como o livro iria chegar às mãos deles e quando eles deveriam o devolvê-lo. Mas é somente com os livros de Goldstein em mãos que Winston parece ter diante de si a única prova de que ele poderia estar até mesmo fora de sua sanidade mental, mas que todas as suas cogitações eram reais. Ele estava certo. Winston combina de se encontrar com Julia para que eles possam ler juntos e é por isso que eles se reúnem no quarto do sobrado da loja de antiguidades onde Winston havia comprado seu diário. A descrição fria da visão aguda de Goldstein sobre o governo do Partido acalenta o coração de Winston e o transporta para o seu paraíso pessoal, mesmo que a mesma leitura faça a transição da sua companheira do mundo aos sonhos muito convidativa. Winston devora a obra e também cai no sono, para acordar *pela última* vez ao lado de Julia, no mundo em que eles criaram para si. É através de uma voz metálica que repete algumas palavras que eles dizem naquele momento que eles descobrem que chegou a hora para a qual eles haviam se preparado. O dono da loja de antiguidades trabalhava para o partido como agente infiltrado no mundo dos proleas justamente para surpreender pessoas como Winston e Julia. A polícia do pensamento os encontrou e seu próximo destino era o inescrutável Ministério do Amor.

A estadia de Winston no Ministério do Amor está registrada na terceira parte do livro, que aqui será brevemente analisada, pois ela sintetiza em grande parte a análise do retrato do regime totalitário em *1984*, que será feita na próxima parte do trabalho. Basta, para o momento, dizer que a terceira parte é o período

terapêutico de Winston, no qual ele é elucidado do porquê da constituição do partido e tratado de seus desvios para que ele possa se encaixar naquele mundo de forma mais adequada.

Fechando a nossa linha de pensamento que iniciou essa análise da trajetória do protagonista, esse processo terapêutico se dá através de um diálogo extremista e metafísico com ninguém menos do que O'Brien, que acaba se revelando, sim, como um ortodoxo do Ingsoc, incorporando praticamente a figura do Grande Irmão para aquela situação peculiar. É claro que, para que o diálogo funcione da maneira como o partido e o sistema precisava que funcionasse, métodos de convencimento não tradicionais para nós são utilizados. Winston passa pela privação de conforto, de comida e de sono inicialmente, depois por um tratamento de choque, em que argumentação se entrelaça a doses bem calculadas de dor que são administradas para que ele esteja preparado para enfrentar o Quarto 101, a sua prova final, na qual deve enfrentar o seu maior temor. Toda essa experiência de tortura, tanto física como mental, parece estabelecer um paralelo com rituais de iniciação em grupos religiosos ou seitas, como se a estadia de Winston no Ministério do Amor fosse a sua iniciação final no Ingsoc.

CAPÍTULO 2 – A REPRESENTAÇÃO DO TOTALITARISMO EM 1984.

*“We shall meet in a place
where there is no darkness.”*

George Orwell, 1984, p. 25.

Essa é a frase que Winston ouve de O'Brien em um sonho que teve sete anos antes do momento em que o primeiro encontro dos dois aparece no livro, na cerimônia de Dois Minutos de Ódio que acabou por ser decisiva para a jornada de Winston. Essa é a frase que Winston ouve mais uma vez de O'Brien no dia em que ele e Julia visitam o membro do partido em sua casa e foram teoricamente iniciados na Irmandade de Goldstein, enquanto eles estão se despedindo. “O lugar onde não há escuridão” acaba por se revelar como sendo o Ministério do Amor. Se podemos com toda certeza dizer que ele se constitui literalmente como o lugar da ausência da escuridão, já que a luz natural não entra no prédio e as luzes artificiais nunca se apagam, fazendo com que os presos percam a ideia de passagem de tempo, também é possível interpretar que é lá o lugar da ausência de escuridão ideológica por excelência. Sendo a estrutura central do regime do Grande Irmão, é lá que o Ingsoc é levado ao extremo e onde não há, em hipótese alguma, a possibilidade de ser, de existir e de pensar fora do Ingsoc. Além disso, é possível entender que essa estratégia de desorientar as pessoas quanto à passagem de tempo foi utilizada para criar a sensação nos internos de que o tempo deles ali pode durar a eternidade e aqui vemos uma aproximação da representação de Orwell com as estratégias stalinistas para lidar com seus presos. Enquanto a degradação do humano ao estado animal – uma abordagem da tortura pelo viés biológico – marca a Gestapo e a repressão nazifascista, os stalinistas preferiam marcar o fato de que o tormento iniciado só cessaria quando eles quisessem, o que poderia significar uma Eternidade. Uma eternidade infernal na qual o preso era um “nada”, algo a ser manipulado para tomar forma – uma abordagem da tortura pelo viés Histórico e Social, por assim dizer.

Se durante as primeiras duas partes do romance que estamos analisando acompanhamos Winston e por isso tivemos somente a visão de alguém que consegue compreender como o seu mundo funciona, mesmo que seja o seu mundo limitado, na terceira parte, através do diálogo com O'Brien, conseguimos uma visão

geral dos princípios básicos do partido, expostos através da visão do partido. Por conta disso, essa será a parte que nos guiará pela análise em detalhes da representação do sistema totalitário imaginado por Orwell. Assim como o autor se baseou na sua observação e experiência direta com os sistemas totalitários reais, como o nazista e o stalinista, para construir o seu universo ficcional, nós nos basearemos na análise do totalitarismo real feita por Hannah Arendt, na última parte de seu brilhante e labiríntico livro *Origens do totalitarismo*, para fazer a análise do totalitarismo ficcional de Orwell, o que se dá de uma forma mais orgânica se a análise for fundamentada em uma base filosófica, justamente por conta da questão da ficção do regime totalitário. Evidentemente, a ficção apresenta um caráter específico de invenção e jogo que a realidade, tenebrosa, não possui. Mas entendemos que os experimentos utópicos/distópicos convidam ao confronto com a história, que é nossa proposta aqui.

Tentaremos respeitar a ordem cronológica da terceira parte por uma simples questão de organização, podendo extrapolar seus limites para dar ênfase a uma característica ou outra que se apresenta melhor em outros momentos do romance. Portanto, começamos com Winston acordando pela primeira vez no Ministério do Amor, após ter sido preso no quarto que alugava para se encontrar com Julia, que se situava em cima da loja de antiguidades onde ele comprou o seu diário.

A primeira observação que Winston faz, após ter conjecturado sobre quanto tempo ele teria ficado adormecido, quanto tempo fazia desde a sua apreensão e que horas eram, é em relação aos dois tipos de presos que se encontravam na mesma sala que ele. Existiam os presos membros do partido e os presos que não eram membros do partido e existia entre eles uma grande diferença de comportamento. Todos eles estavam em uma mesma sala e a ordem dada a eles era que se sentassem retos, não conversassem, nem se movessem e, caso eles fizessem algo que fugisse da regra, logo se ouvia gritos de repreensão em direção ao preso indisciplinado. Mas somente os presos que não eram do partido ousavam retrucar frente às ordens, discutir com os guardas, demonstrar resistência ao fato de estar ali. Os membros do partido se mantinham em silêncio, procurando obedecer à risca as ordens, resignados, porque tinham alguma consciência do que os esperava e do que aquele lugar significava para eles, apesar de não saberem exatamente o

que ia acontecer. Alguns ali mais devotos ao Ingsoc estavam até mesmo contentes por terem sido presos antes de terem feito um estrago maior “em liberdade”. Como é o caso do Sr. Parsons, com quem Winston troca algumas palavras, que tinha sido denunciado pela própria filha, pois, em seu sono, ele murmurava repetidamente “Abaixo o Grande Irmão”. Ele demonstra ter certeza de sua culpa, afirmando que mesmo sem ter consciência ele estava cometendo crimes contra o Ingsoc e o que quer que fizessem com ele ali seria melhor para toda a sociedade do que ele continuar espalhando mensagens subversivas.

Aqui entramos em contato com o primeiro conceito daquilo que se denomina totalitarismo, que é, em si, a importância do segredo para o regime totalitarista. Desde o começo do livro, Winston diz saber exatamente o seu destino por estar cometendo aqueles crimes contra o regime, mas demonstra não ter ideia em momento nenhum da natureza e da característica da Polícia do Pensamento e do que se passava no Ministério do Amor. Apesar de já ter passado pelas mãos da Polícia do Pensamento e estar dentro do Ministério do Amor, ele, assim como os outros presos, cada um em sua medida, continuam sem saber muito bem o que acontecerá com eles. É de conhecimento geral que a experiência ali será tudo menos agradável, envolvendo diversos tipos de dor e tortura, tanto física quanto mental e desgaste emocional, mas não se sabe nada além disso.

Arendt observa que, tanto na Alemanha nazista quanto na Rússia stalinista, as divisões governamentais mais evidentes e mais expostas eram as que, de fato, tinham o menor poder real. Sobre isso ela diz:

A única regra segura num Estado totalitário é que, quanto mais visível é uma agência governamental, menos poder detém; e, quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é. [...] O verdadeiro poder começa onde o segredo começa. (ARENDR, 2012, p. 541-542)

Para o cidadão comum tanto da Alemanha no nazismo, como da Rússia no stalinismo, as duas estruturas centrais do regime eram envoltas de uma bruma que o impediam de vê-las claramente: a polícia secreta e os campos de concentração (a Gestapo e o KZ, na gíria nazista; o NKVD/KGB e o *Gulag*, na versão stalinista). Temos exatamente essa representação totalitária em 1984, com a Polícia do Pensamento no lugar da polícia secreta e do Ministério do amor no lugar dos campos de concentração. O Estado transforma-se em uma entidade mítica, com

rituais destinados a um número limitado de “iniciados”, tabus, restrições, etc. Nesse Estado mítico, a prisão é um local infernal, destino desconhecido e purificador do qual qualquer cidadão deseja distância, mesmo em pensamento ou pesadelo.

Sobre a organização interna da polícia secreta da Oceania, a Polícia do Pensamento, nós sabemos muito pouco. Já a sua atuação parece se resumir em um esforço de vigilância mais do que minuciosa, observando cuidadosamente as imagens captadas através das teletelas, procurando por qualquer indício – uma expressão, um suspiro, um olhar, uma postura, uma reação involuntária dos músculos faciais – de crimepensamento.

É importante parar para definir o que é o crimepensamento, já que é esse o único crime que existe, pois contém nele todos os outros crimes. O crimepensamento é qualquer pensamento que não seja completamente ortodoxo em relação ao Ingsoc. Ou seja, antes mesmo de palavras ou ações que iam contra a ideologia do partido, a Polícia do Pensamento estava atrás da semente de tais ações, o que faz com que até mesmo a possibilidade remota de uma ação heterodoxa devesse ser punida com o mesmo rigor que a ação em si. Em certo momento do diálogo do protagonista de Orwell e O'Brien, o pensamento é colocado inclusive em um patamar de importância ainda maior do que as ações para o partido. O inquisidor de Winston diz para ele: “We are not interested in those stupid crimes that you have committed. The Party is not interested in the overt act: the thought is all we care about.” (ORWELL, 2011, p. 253) O retrado do totalitarismo aqui se constitui através do perigo que o pensar representava para os regimes totalitaristas reais, por isso Orwell coloca o pensar como o grande alvo da polícia e o maior (e único) dos crimes capazes de serem cometidos. Sobre esse aspecto Arendt diz:

Simplemente em virtude da capacidade de pensar, os seres humanos são suspeitos por definição, e essa suspeita não pode ser evitada pela conduta exemplar, pois a capacidade humana de pensar é também a capacidade de mudar de ideia. (ARENDT, 2012, p. 571)

Por mais que o partido treine e condicione sua população a pensar somente nos termos da sua ideologia e da sua língua, todo indivíduo que pensa, representa uma ameaça e, por isso, deve ser dia e noite vigiado, observado para que até mesmo o pensamento fora dos eixos seja pego em seus estágios menos

avançados e, com isso, recebam o tratamento necessário. Outra estratégia de vigilância presente em Orwell que se revela como uma representação totalitarista é o incentivo da suspeita mútua. Arendt diz que a suspeita se infiltra e contamina todas as relações sociais nos regimes totalitários e cria, mesmo que fora da atuação da polícia, uma atmosfera de vigilância geral (cf. ARENDT, 2012, p. 571). Aqui podemos resgatar dois casos interessantes de 1984. O primeiro deles é o já citado caso do Sr. Parsons, que foi denunciado pela própria filha, demonstrando também como o Ingsoc – e porque não dizer os sistemas totalitaristas – muda a estrutura familiar para que ela funcione de maneira mais adequada para seus propósitos, como já foi bem explicado no capítulo anterior. Encontramos outro caso no primeiro encontro entre Julia e Winston, no qual ele diz que, mesmo com o bilhete que dizia ‘eu te amo’, tinha desconfiado que ela fosse ligada à Polícia do Pensamento. Todos são suspeitos, todos são possíveis espiões, todos são possíveis vítimas. A circularidade da situação carrasco-vítima – um tema de predileção da ficção existencialista de Jean-Paul Sartre e de Albert Camus – na verdade era fato cotidiano em regimes como o nazista ou o stalinista, com numerosos casos de homens de imenso poder no Estado rapidamente condenados, mortos e apagados do universo público.

O crimepensamento resulta em apreensão e morte certas, como nos revela Winston desde o início. No entanto, o conceito de morte também foi modificado para que funcionasse com mais eficácia no mundo totalitário. Uma pessoa que morre nas mãos de qualquer instância governamental em um regime totalitário precisa desaparecer completamente da face da terra, não somente no presente, mas também do passado. Arendt chama esses locais de detenção administrados pela polícia de “poços de esquecimento” e tendo uma vez caído lá, os indivíduos desaparecem sem deixar nem mesmo os vestígios mais naturais, como um cadáver ou uma sepultura (ARENDT, 2012, p. 577). No livro de Orwell, esse processo absoluto de deixar de existir ganha o nome de *vaporização*, já que estando nas mãos da Polícia do Pensamento, uma pessoa é apagada até mesmo dos registros formais e nenhum traço de sua existência sobrevive. Aqui é interessante trazer à memória o caso do artista plástico soviético Alexander Rodchenko que tinha, em uma de suas obras, registro de homens que já não existiam e por isso nunca tinham existido para a realidade russa durante o governo de Stalin (MIGUEL,

2011, p. 98). Isso serve para dar um senso de gravidade à alegoria de 1984, lembrando que as representações mais monstruosas que aparecem no livro já aconteceram na realidade desses regimes totalitários.

Mas é possível que surja um questionamento sobre essa atitude extremista do totalitarismo. Quanto aos regimes que são seu objeto de estudo, Arendt diz: “Verifica-se a importância desse completo desaparecimento das vítimas para o mecanismo do domínio total naqueles casos em que, por um motivo ou outro, o regime se defrontou com a memória dos sobreviventes.” (ARENDT, 2012, p. 577). É possível se dizer então que todas as pessoas e a memória delas que provocavam alguma incoerência no discurso e no posicionamento do governo precisavam ter suas existências completamente apagadas. No caso da representação totalitarista de Orwell, isso é levado a um extremo e um dos indícios disso é o slogan do partido: “Quem controla o presente, controla o passado. Quem controla o passado, controla o futuro”. Todo e qualquer fato do passado que contradiz o presente que o partido apresenta para sua população deve ser destruído, como vemos nos trabalhos inacabáveis do Ministério da Verdade. Ou seja, toda pessoa que hoje não existe não pode existir em nenhum tempo: não pode ter existido no passado e não pode existir no futuro. Com isso, *todas* as pessoas que chegam ao Ministério do Amor, o poço de esquecimento da Oceania, não só desaparecem completamente, mas são *vaporizadas* em todos os sentidos.

No entanto, o Ministério do Amor não é simplesmente um lugar de destruição dos (possíveis) inimigos do partido. Antes de passarmos para análise dos conceitos trabalhados entre Winston e O’Brien no terceiro capítulo, é importante entendermos o que essa instituição representa para o totalitarismo projetado por Orwell. Como já foi dito, o Ministério do Amor tem paralelos bem claros com os campos de concentração dos regimes totalitários reais. Da mesma maneira que entender os campos de concentração é necessário para entender os princípios do regime que os conceberam, entender o Ministério do Amor é necessário para entender o Ingsoc. Esses laboratórios ideológicos são tão centrais para seus regimes porque conseguem levar a ideologia ao seu extremo de modo que, tendo o controle completo de todas as variáveis do humano, seja possível provar a premissa de que tudo é possível. Arendt defende que o domínio total tem como objetivo sistematizar toda a pluralidade humana, de modo que toda a humanidade pudesse

ser tomada como um único indivíduo, ou seja, todas as pessoas seriam formadas por um mesmo grupo de reações, cuja única liberdade seria a de preservar a espécie. Em 1984, esse grupo de reações é determinado pelo Ingsoc e seu tripé – a mutabilidade do passado, o duplipensamento e a novilíngua. Para alcançar esse objetivo, tanto no totalitarismo real quanto no fictício que estamos analisando, as estratégias utilizadas envolvem basicamente a doutrinação ideológica das elites e o terror absoluto nos campos, como bem ressaltou Arendt. A autora também descreve precisamente a ideia central dos campos, de um modo mais específico:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão de conduta humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são (ARENDT, 2012, p. 582).

É interessante trazer para esse ponto da análise uma observação que os autores Theodor Adorno e Max Horkheimer fazem em relação à tortura no pontual aforismo “O homem e o animal” (Cf. ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 201-209), que se encontra no último capítulo de *Dialética do esclarecimento*. No aforismo, os dois filósofos começam destacando como o discurso de superioridade dos homens em relação aos animais é um elemento fundador da cultura ocidental, sendo que essa superioridade dos homens é comprovada pela ausência da razão no animal, mostrando, assim, a dignidade do homem. Com uma crítica aguda a esse tipo de pensamento, os autores comparam as reações do homem e do animal frente a uma das piores experiências possíveis de acontecer a ambos – a tortura. Enquanto as torturas que o condicionamento behaviorista comprova que a *nossa* espécie é passível de moldagem voluntária, do alto do nosso pedestal da razão, o mesmo não vale para os animais, que só reagem a dor com o desejo de fuga. Irônica e dura observação que colabora para dar uma nova perspectiva ao que chamamos de humanidade, mas que também cria uma brecha para a atuação perversa por parte dos que estão no poder.

Por conta dessa plasticidade da nossa essência, os campos de concentração não eram úteis simplesmente para separar os membros desejáveis para a sociedade dos não desejáveis, muito menos pela modesta razão de punir algum crime ou penalizar algum inimigo. Os campos foram projetados para desumanizar os seus internos. A representação desse aspecto do totalitarismo fica

muito clara em uma das falas de O'Brien para Winston, e é aqui que entramos na análise desse diálogo entre os dois *per si*. Depois de esclarecer Winston sobre a atitude do partido frente aos seus inimigos, que é não somente destruí-los, mas levá-los para o lado do partido antes de fazê-lo, O'Brien deixa bem claro que esse processo de “converte-lo” ao Ingsoc seria violento em muitos sentidos, mas principalmente no que diz respeito à humanidade, que Winston tanto valorizava. Para manter o efeito dramático da cena, optamos por transcrever a fala do personagem:

We shall crush you down to the point from which there is no coming back. Things will happen to you from which you could not recover, if you lived a thousand years. *Never again will you be capable of ordinary human feeling.* Everything will be dead inside you. Never again will you be capable of love, or friendship, or joy of living, or laughter, or curiosity, or courage, or integrity. You will be hollow. We shall squeeze you empty, and then we shall fill you with ourselves. (ORWELL, 2011, p. 256)

É interessante perceber a escolha dos verbos usados para descrever o processo – esmagar, espremer – que tem seu sentido completo quando mostram que o objetivo do partido é *esvaziar* Winston, assim como qualquer outro como ele, da humanidade que ele insistia em cultivar. E estando vazio, ele poderia ser preenchido novamente com a vontade do partido, com o Ingsoc. Vale aqui lembrar que Winston, ao se questionar do porquê eles tem o trabalho de dispensar tempo e esforço para transformá-lo, dada a consciência de sua insignificância, é esclarecido de que ninguém morre inimigo do partido para que não existam mártires, apontando justamente que essa foi a grande falha dos regimes totalitários anteriores: a incapacidade de usar seus inimigos a seu favor.

No entanto, esse seria um grande esforço para um único objetivo e podemos perceber nas entrelinhas que Winston sabe disso. Nesse ponto da narrativa, ele se encontra no fim da primeira fase do tratamento dele, como explicou O'Brien, sendo: o primeiro estágio o *aprendizado*, no qual ele de fato aprendeu os princípios básicos do Ingsoc, os quais ele apenas tinha conhecimento do funcionamento; o segundo estágio seria o de *compreensão* e o terceiro estágio seria o de *aceitação*. Estando no final do período de aprendizagem, é permitido que Winston faça algumas perguntas para O'Brien e, nas respostas que ele recebe, completa-se o sentido desse esvaziamento completo da humanidade de todos os indivíduos da Oceania, dos devotos e até mesmo dos não devotos: nada além do

Ingsoc e do partido importa. Os homens são esvaziados de sua natureza para dar lugar ao partido, algo muito maior do que eles, algo eterno, ou seja, os homens são tão desnecessários para que o regime exista quanto um copo é desnecessário para a existência da água. A exata fala de O'Brien para Winston é: "You do not exist" (ORWELL, 2011, p.259). E, por mais que se diga que os homens são necessários para que o partido se perpetue, o partido sempre rebaterá essa acusação dizendo que sua ideologia é perpétua e é uma gentileza dele incluir o homem comum nesse jogo. Encontramos aí mais um ponto de intersecção entre o totalitarismo e a obra de Orwell. Arendt aponta justamente para essa ação de tornar o homem um mal (des)necessário para o regime como um ponto de conflito. A premissa totalitária partiria deste princípio, como descreve a autora:

O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos. O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade. (ARENDT, 2012, p. 605)

Em termos de ficção, essa transformação do homem em mal necessário de um mecanismo surge no longo conto de Franz Kafka, "Na colônia penal" (2011, p. 67-99), publicado pela primeira vez em 1914, no qual onde existe um processo de execução que implica em tortura inominável, o representante do sistema vê um belo rito social e uma bela demonstração de capacidade técnica. Além disso, a violência do processo se mostra desde o julgamento, que é praticamente inexistente, de modo que o condenado não saiba nem a razão da sua condenação e nem a sua própria sentença, demonstrando claramente o seu valor nulo para o ritual que tem todo o seu valor em si. Como no caso dos trabalhos do Ministério do Amor, a punição horrenda imaginada por Kafka também pressupunha um processo gradativo de descoberta e compreensão: vemos, na confluência dessas duas obras, a percepção ficcional da *pedagogia* em regimes totalitários, o ensinamento que ocorre por preenchimento do sujeito de uma outra sensibilidade através de meios diversos, sendo uma delas a tortura. No caso do Ministério do Amor, essa pedagogia perversa está voltada ao ensino do Ingsoc.

No entanto, como Arendt mesmo aponta um pouco mais adiante em seu texto, nunca foi possível convencer de que os homens eram de fato supérfluos. É claro que tentativas de demonstrar esse fato, como a escolha arbitrária dos grupos

destinados aos campos de concentração, os extensos expurgos no aparelho governamental, as exterminações em massa, foram efetivas até certo ponto, mas o sistema poderia ser enxergado como supérfluo se seu único objetivo fosse tornar o homem supérfluo. É claro que num universo ficcional é possível dar soluções pouco realistas para esses problemas, mas podemos aqui ouvir em bom tom a crítica de Anthony Burgess quanto à proposta de Orwell ser megalomaniaca demais para ser verossímil. No entanto, não é interessante nos focarmos aqui em detalhes que nos desviam do foco principal do livro. Por ser uma obra literária, é possível dentro de limites, é claro, exagerar certos aspectos para fazer deles pontos mais evidentes, sem que isso prejudique o efeito de gravidade do que está sendo contado. Assim como nos aconselha Burgess, além de tudo, é importante enxergar *1984* através da força da metáfora que o compõe, que ainda é capaz de gerar reflexões e discussões sobre estruturas históricas, como a política totalitária. Se no caso da representação do valor do homem dentro do regime tem seus exageros, podemos concluir que na metáfora crítica construída pelo autor, eles nos impelem a pensar sobre o nosso valor frente aos nossos governos e como nós não podemos nos deixar convencer de que somos supérfluos, pois a nossa força está na descrença no “Você não existe” de O’Brien.

A partir desse ponto, Winston entra na fase da *compreensão*, que segue o aprendizado dos princípios do Ingsoc porque trata justamente da essência fundamental desses princípios. A primeira delas é a definição totalitária de poder, como explica O’Brien: “The Party seeks Power entirely for its own sake. We are not interested in the good of others; we are interested solely in power. [...] Power is not a means; it is an end” (ORWELL, 2011, p. 263). Demonstrando bem a diferença entre a concepção do seu romance comparado aos outros que também seguem a mesma linha, Orwell aqui diz claramente que o poder nunca é usado de maneira a impor ao outro coisas que o beneficiam, mas sim que o poder é sempre usado pelo homem de maneira muito egoísta, de modo a beneficiar unicamente aquele que o possui. No caso do partido, ele deseja o poder por si mesmo, porque a execução do poder faz com que tudo fosse possível para ele e para seus interesses. Arendt fala sobre esses aspectos dos governos totalitaristas, postulando que o totalitarismo se afasta do jogo do “poder pelo amor ao poder” que foi uma característica forte do domínio imperialista (ARENDT, 2012, p. 545). No entanto, o poder é, sim, o objetivo, mas em

seu estado mais total possível, de modo que faça com que a ficção criada para sua população seja a única realidade possível.

O'Brien justifica essa fixação pelo poder por duas características principais, sendo a primeira delas o fato do poder ser inevitavelmente coletivo. Um homem só se torna poderoso quando abandona seus traços individuais e pessoais para se juntar a algo maior e mais poderoso do que ele mesmo, para sanar as suas vulnerabilidades enquanto indivíduo. Abdicando a sua personalidade e a sua identidade, um membro do partido se torna a ideia, o conceito, o Ingsoc e por isso se torna imortal e capaz de todas as coisas. É interessante ressaltar a importância com que o romance de Orwell dá *a ideia*. O inimigo real do partido seria aquele que incorpora uma ideia que demonstrasse que existe uma possibilidade de vida melhor do que a proposta pelo Ingsoc, não a manipulada como a figura de Goldstein, mas a do mártir, que morre por uma ideia que não a do partido e por isso a torna eterna. Burgess talvez tivesse plena razão em afirmar ser Orwell um “pelagiano”, pois nosso autor parece estar consciente das tentativas de *vaporização* medievais e do início da modernidade, empreendidas pela ortodoxia católica: as queimas de hereges nas fogueiras medievais e da Inquisição, de certa forma, tornaram ideias como as dos cátaros, valdenses ou do protestante João de Leiden imortais. Da mesma maneira, a ortodoxia em seu grau extremo é a fusão tão completa de um homem com o Ingsoc, que a essência dele não é mais *humana*, mas sim *ideológica*. Orwell demonstra nesse sentido uma clara formação romântica e idealista, tendo a sensibilidade para perceber através de todas as suas experiências com as guerras, com a vida urbana, com a relação com a mídia, que são as ideias que blindam o homem de suas fraquezas e o fazem superar seus próprios limites, seja para o bem ou não.

Ainda desenvolvendo essa linha de pensamento, percebemos que Orwell constrói a sua representação a partir da seguinte premissa: a *ideia* molda o homem e a realidade que o circunda. Assim como o autor presenciou o poder transcendente de ideias latentes em sua época, que fizeram com que governos como o de Hitler e de Stalin não só acontecessem, mas também perdurassem, criando as mais cruéis e inacreditáveis realidades, ele quis evidenciar a força de transformação que uma ideia com raízes no mal tem, podendo permitir que o pior dos pesadelos se tornasse realidade. Para evidenciar isso, além de criar um protagonista que não se encaixa na sociedade em que vive, além de, por conta disso, nos dar a visão crua do que

seria o pesadelo constituinte da Oceania, ele usa um recurso narrativo não muito original, mas extremamente efetivo – ao redor do protagonista, que sofre com a realidade que vive, encontramos inúmeros exemplos de outros personagens que vivem a ideia extremamente nociva do Ingsoc, como se a realidade constituída a partir dele fosse completamente aceitável e ideal, um choque contrastante de pontos de vista a partir de experiências semelhantes. Esses outros personagens variam do mais ignorante, como o já citado Sr. Parsons, que representa para nós a ironia de Orwell ao colocar o mais patético dos homens como o cidadão ideal da Ocenia, ao mais intelectual, como o camarada de Winston, Syme, que trabalhava apaixonadamente com formulação da novilíngua. Com essa estratégia, Orwell nos mostra através de sua narrativa que uma ideia tem uma força tão grande que é capaz de fazer qualquer indivíduo acreditar que a pior das circunstâncias é a melhor, não importando o seu nível de inteligência, o seu trabalho ou a sua posição social. A vontade de eternidade e de onipotência do homem o torna inevitavelmente vulnerável ao poder da ideologia e temos em *1984* o retrato de sociedade levada ao ponto de uma catástrofe passiva por conta disso.

Voltando para o ponto central do nosso argumento, encontramos que a segunda característica que torna o poder tão atraente enquanto um fim e não como um meio consiste no fato de que o poder é e só pode ser poder quando se estabelece entre seres humanos. Não somente o domínio sobre a matéria, o corpo, mas também e principalmente sobre a mente. Aqui temos que trazer Arendt a tona mais uma vez para destacar que a autora, durante toda a sua análise faz questão de ressaltar que o totalitarismo depende do funcionamento da ficção criada pelo governo acima da crença em uma realidade externa objetiva e com leis imutáveis. Se poder é o controle da mente da maneira mais efetiva, o mundo ficcional do totalitarismo é a realidade, o que torna a fala de O'Brien a maior verdade do partido: "Reality is inside the skull" (ORWELL, 2011, p. 265).

Tendo as intenções e as vantagens do poder enquanto um fim bem determinadas, Winston entra em contato com a teoria que está em prática desde o momento em que foi admitido pelo Ministério do Amor, que diz que o poder é imposto pela dor. Nietzsche fala sobre a terrível e inquietante mnemotécnica, que parte do princípio que é através do fogo que se marca a memória: "apenas o que não cessa de causar dor fica na memória" (NIETZSCHE, 1998, p. 50). A quem está

no poder reserva-se o lugar de provocar a dor e, assim, a memória se modela a partir da maneira e das condições em que a dor é administrada. Quem tem poder, administra a dor. Quem a administra a dor, controla a memória. É por isso que todo o tratamento de Winston é baseado na intermitência da aplicação de dor, tendo a sua variação calculada exatamente para que os princípios mais importantes fossem compreendidos da maneira mais apropriada. E, durante um dos seus primeiros espancamentos Winston diz: “Nothing in the world was so bad as physical pain” (ORWELL, 2011, p. 239), demonstrando a crueldade do processo.

Arendt fala sobre o papel da tortura no sistema totalitarista e é possível perceber os paralelos estabelecidos por Orwell na sua representação. Analisando os campos de concentração, a autora analisa o processo da produção de cadáveres vivos antes que esses locais se tornassem fábrica de cadáveres de fato. O primeiro passo desse processo é matar a pessoa jurídica do homem, mudando os parâmetros da lei, nos quais a punição não vem mais de acordo com o merecimento pessoal de cada um. O segundo passo é matar a pessoa moral do homem, colocando o homem em um intervalo entre a vida e a morte, no qual a morte é tão permanente quanto a vida e, somando a isso o anonimato geral, rouba-se o fechamento da existência do homem e ele se torna moralmente insignificante. O terceiro passo é a destruição da identidade e da individualidade do homem, usando basicamente a tortura para tirar qualquer possibilidade de espontaneidade humana. Ao descrever o papel da tortura, Arendt poderia estar olhando diretamente para 1984:

[...] torturas inteiramente inimagináveis, dosadas de modo a não matar o corpo ou, pelo menos, não matá-lo rapidamente. O objetivo desses métodos, em qualquer caso, é manipular o corpo humano – com as suas infinitas possibilidades de dor – de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana tão inexoravelmente como certas doenças mentais de origem orgânica. (ARENDT, 2012, p. 601)

Tendo articulado bem esse aspecto do totalitarismo através da fala de O'Brien que sistematiza a ação do Ministério do Amor, a fase da compreensão termina com duas projeções interessantes para o futuro do governo do partido. A primeira delas é a extinção da ideia de humano de uma maneira geral, reformulando com base no Ingsoc o que deveria ser a natureza humana, sendo essa a base para toda uma descrição geral para o futuro imaginado pelo partido, o qual O'Brien

aponta ser exatamente o oposto das utopias produzidas no séc. XX. Dentro dessa projeção, fica claro que quanto menos oposição ao partido houver, maior o horror espalhado de uma maneira geral, que também é uma característica apontada por Arendt nas fases de estabelecimento de um governo totalitário. Após mais essa sessão de elucidação e tortura, Winston se mostra pronto para a fase seguinte, para a aceitação. A tortura fez o seu efeito, ele está chegando à fase ideal de vazio, praticamente pronto para ser preenchido pelo Ingsoc, completamente, irreversivelmente.

Após essa série intensa de disciplinado e dor, Winston ganha uma chance de se recuperar fisicamente, antes de passar pela sua prova de fogo, a sua iniciação apropriada para os ortodoxos do Grande Irmão. Seu corpo vai ganhando de novo suas forças, mas a sua mente parece ter tido o efeito perfeitamente desejável. Ao se encontrar mais uma vez com um papel e uma caneta na mão, Winston escreve as seguintes frases: “Freedom is slavery”, “Two and two make Five” e “God is Power” (ORWELL, 2011, p. 277). Sendo a escrita a expressão inicial da sua revolta, ela constitui aqui prova de que o tratamento do Ministério do Amor havia funcionado. Winston estava pronto para ir para o Quarto 101.

Esse quarto tinha o tratamento personificado para cada interno, constituindo o ritual de iniciação peculiar para cada indivíduo. Partindo do mesmo princípio da tortura, como se fosse simplesmente uma coroação da resistência do corpo e da maleabilidade da mente, cada interno deve passar por uma situação extrema com seu maior medo. Só após esse ritual é que se estava pronto para *amar* de fato o Grande Irmão. No caso de Winston, esse ritual envolvia contato direto com ratos, animal que ele abominava. Esgotado em todos os sentidos, Winston, o mais vazio dos homens, passa pelo ritual e é liberado do Ministério do Amor.

É somente após algum tempo, um reencontro com Julia para trocarem um pouco das experiências “de guerra”, é que, casual e inesperadamente, a jornada de Winston termina, assim como o romance, porque ele foi preenchido novamente. Agora ele tinha se tornado o partido. Ele *amava* o Grande Irmão.

CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DA LINGUAGEM TOTALITÁRIA EM 1984.

*"The revolution will be complete
when the language is perfect."*

1984, p. 52, George Orwell.

Como já foi dito, a novilíngua é uma das colunas do Ingsoc. Depois de termos passado por uma análise geral e de termos olhado para os aspectos mais abrangentes da representação do totalitarismo no romance de Orwell, este capítulo se dedicará a pensar a linguagem do universo literário de *1984* a partir da sua essência também totalitarista. Apesar de ter sido uma intuição de primeira leitura que nos tenha chamado a atenção para a questão da linguagem dentro desse romance, a importância desse assunto foi afirmada e reafirmada ao longo das leituras seguintes, como nos mostra a epígrafe. Essa simples frase nos diz que o Ingsoc só passará a operar em seu maior potencial quando a língua estiver completamente transformada dentro dos padrões do partido. Ou seja, podemos concluir que a visão do partido, que representava os temores de Orwell, prioriza a linguagem de tal forma que considera que essa seja uma das maneiras mais eficazes de se transformar, modelar e manipular a realidade. Orwell, assim, emprega a linguagem ficcional do romance como uma ferramenta de construção narrativa, parte essencial do sistema total construído pela trama.

Começamos a nossa discussão sobre a linguagem pensando na sua relação com a realidade, que é um assunto fascinante e produtivo tanto dentro quanto fora da literatura. Para esse início, usaremos algumas das reflexões de Vilém Flusser sobre o tema: trata-se de filósofo tcheco, que, fugindo durante a Segunda Guerra Mundial, se estabeleceu no Brasil e foi naturalizado brasileiro. O primeiro ponto que o autor discute em seu livro *Língua e realidade*, e que é pertinente para esse trabalho, é a articulação que nós fazemos das informações que chegam a nós através dos nossos sentidos. Como os dados imediatos, captados pelos sentidos são naturalmente inarticulados, para serem compreendidos pelo nosso intelecto, eles precisam se articular e serem articulados através da linguagem. Flusser usa a metáfora do tecido para explicar esse processo. Se, por um lado temos a apreensão de dados externos, representados aqui por um tecido, que se dá através de palavras lidas ou escutadas, representadas pelos fios que compõem o tecido, por outro lado

temos os nossos dados brutos, representados pelo algodão, que são articulados por palavras, mais uma vez representadas por fios que podem agora compor um tecido (cf. FLUSSER, 2007, p. 48-49).

Com essa imagem em mente, o autor propõe que a nossa realidade é composta por duas esferas, a dos dados brutos e a das palavras. Retomando a ideia de que os dados brutos só podem ser apreendidos pelo intelecto através das palavras, Flusser propõe tomar a posição ontológica que diz que a realidade é formada pela língua, pelas palavras (cf. FLUSSER, 2007, p. 49). Sem ainda entrarmos nos detalhes da estrutura da novilíngua, mas tendo em mente que ela é tão intrinsecamente fundamentada no Ingsoc, é espantoso imaginar o que essa posição ontológica que Flusser nos propõe significa dentro de 1984. Se dermos o passo que Flusser espera de demos, assumindo completamente que a língua é a realidade, uma língua moldada com finalidade destrutiva e manipuladora resultaria na realidade tenebrosa de 1984 e podemos afirmar que os horrores que conseguimos enxergar na sociedade desse universo literário são produtos de uma língua transformada, contaminada, venenosa.

Partindo do princípio que só acessamos e articulamos as coisas que nos cercam e o que nos acontecem através da linguagem e que a língua é constituída por um conjunto de regras pré-estabelecidas, Flusser defende que o conceito de verdade sofre mudanças em relação ao que temos em nosso imaginário coletivo. Uma frase é verdadeira quando segue as regras pré-estabelecidas e é falsa quando as desrespeita. Com isso, a frase constituiria a organização de palavras de acordo com as regras da língua, ou seja, seu aspecto objetivo, e o pensamento constituiria essa organização processada dentro do meu intelecto, ou seja, seu lado subjetivo. A partir disso, pode-se dizer que existem frases e pensamentos corretos e errados e isso depende unicamente do fato de eles estarem ou não de acordo com as regras da língua. Isso quer dizer que a verdade se exerce simplesmente no campo formal e estritamente no campo linguístico, já que a relação entre a frase e o objeto sobre a qual ela se debruça, que comporia a dita verdade absoluta, é tão inarticulável quanto o objeto em si (cf. FLUSSER, 2007, p. 53-56). Flusser segue, nesse sentido, uma visão de linguagem bastante em voga no período de formação de Orwell, aquela proposta por Ludwig Wittgenstein em seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921),

onde até mesmo a análise esboçada pelo filósofo seria um contrassenso que deveria ser abandonado:

Minhas proposições se elucidam do seguinte modo: quem me entende, por fim as reconhecerá como absurdas, quando graças a elas – por elas – tiver escalado para além delas. (É preciso por assim dizer jogar fora a escada depois de ter subido por ela). (WITTGENSTEIN, 1968, p. 129)

No entanto, o homem está sempre incansável na busca na direção da verdade absoluta e, inevitavelmente, esbarra nesse abismo que existe entre a língua e o concreto. Aqui é possível enxergar um argumento que o partido usa, ainda mais com um instrumento poderoso como uma língua afiada para o seu propósito. Se a verdade absoluta é tão inalcançável, mas ainda assim parece que há uma grande necessidade por parte da humanidade de alcançá-la, o partido propositalmente, a partir do seu lugar de extrema autoridade, faz o papel de preencher esse vazio, estabelecendo de acordo com as suas necessidades a verdade absoluta mais adequada, demonstrando não só através das informações disponíveis aos seus cidadãos, mas também através da maneira como esses cidadãos são educados para enxergar a realidade e, por assim dizer, através da estrutura da língua.

A partir daqui é importante fazemos alguns esclarecimentos sobre a novilíngua em si. Apesar de não ser o idioma falado por todos, inclusive por ainda estar em processo de formação, a novilíngua é a língua das publicações oficiais do partido, dos jornais, anúncios oficiais, literatura etc. Mesmo não tendo completado seu processo de formação ainda, e, por conta disso, o inglês ainda ocupa um espaço na vida e no cotidiano da Oceania, a instauração desse novo idioma significa o estabelecimento, de dentro para fora, da lógica do partido. Por conta disso é possível dizer que “a revolução só estará completa quando a língua estiver perfeita”.

Além das informações sobre a novilíngua contidas no romance em si, George Orwell anexou à sua obra um apêndice mais detalhado e esclarecedor sobre os princípios dessa língua, o que nos dá mais base para essa análise sobre a sua estrutura, que será o nosso foco a partir de agora. Continuaremos a usar a já citada obra de Vilém Flusser, mas também passaremos a utilizar um dos livros de Victor Klemperer (2009) chamado *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*, justamente porque essa obra analisa a linguagem em um sistema totalitarista e em 1984 encontramos uma representação do sistema totalitarista tão abrangente que alcança também a

linguagem. A primeira menção que gostaríamos de fazer quanto à obra de Klemperer vem para colaborar com a nossa motivação para o estudo da importância da linguagem dentro de qualquer sistema:

A linguagem sempre revela o que uma pessoa tem dentro de si e deseja encobrir, de si ou dos outros, ou que conserva inconscientemente. Este também é, sem dúvida, o significado da frase *Le style c'est l'homme* [o estilo é o homem]. Uma pessoa pode fazer declarações mentirosas, mas o estilo deixará as mentiras expostas. (KLEMPERER, 2009. p. 49.)

Já que a motivação da nossa análise de uma maneira geral é entender as articulações da representação do totalitarismo em 1984, estamos autorizados por Klemperer a procurar evidências na linguagem, que é exatamente o que ele faz com a sua análise da ideologia nazista ao longo de todo o seu livro.

O primeiro princípio geral da novilíngua importante de ser ressaltado é o movimento atípico dessa língua de encolher cada vez mais, quando normalmente as línguas tendem a estender seu vocabulário ao longo do tempo. A ideia aqui é cortar todos os excessos e nuances possíveis de existir e de funcionar a favor da expressão de pluralidades, prevenindo, com isso, as possibilidades de vazios entre os significados. Seguindo essa lógica, existem dois processos necessários para que a língua fique em sua forma mais concisa e simples.

O primeiro deles é a *destruição de palavras*, conceito que chega até nós através da voz de Syme, um camarada de Winston, que trabalhava no Departamento de Pesquisa e fazia parte da equipe responsável pela formulação do dicionário definitivo da novilíngua:

It's a beautiful thing, the destruction of words. Of course the great wastage is in the verbs and adjectives, but there are hundreds of nouns that can be got rid of as well. It isn't only the synonyms; there are also the antonyms. After all, what justification is there for a word which is simply the opposite of some other words? A word contains its opposite in itself. Take 'good' for instance. If you have a word like 'good', what need is there for a word like 'bad'? 'Ungood' will do just as well – better, because it's an exact opposite, which the other is not. (ORWELL, 2011. p. 51.)

Portanto, eliminam-se imediatamente todos os sinônimos, o que significa a eliminação da possibilidade polissêmica. A palavra com o sentido mais apropriado para a ideologia do partido é mantida e todas as palavras com um sentido remotamente parecido com o dessa primeira palavra são eliminadas. A partir de

então, elimina-se os antônimos, substituindo-os pela mesma palavra com um sufixo de negação. Como o trecho ressalta bem, desta maneira, além de diminuir o vocabulário, cria-se a ideia de antônimos perfeitos, sem que haja um espaço de significação para ser preenchido, impossibilitando o pensamento que gerar novas redes semânticas.

Dentro desse mesmo conceito, uma mesma palavra pode ser usada como verbo, nome, adjetivo ou advérbio. Nomes e verbos são exatamente idênticos, já os adjetivos, advérbios e superlativos são formados a partir da sufixação. Para se formar um adjetivo, acrescenta-se ‘-full’; para se formar um advérbio, acrescenta-se ‘-wise’; para se formar um superlativo, acrescenta-se ‘-plus’ ou ‘-doubleplus’, dependendo do grau da grandeza que quer ser expressa.

Dessa maneira, a língua vai se definindo e se tornando mirrada, cada vez mais pobre, para que o pensamento das pessoas também adquira esse aspecto. Com menos palavras para expressar qualquer tipo de sentimento ou opinião, sendo que as palavras disponíveis para serem usadas foram ideologicamente escolhidas a dedo, o caminho da comunicação é inevitavelmente o caminho dos parâmetros do partido. E se não existem meios de expressar pura e simplesmente o que se pensa, qual é o objetivo de se pensar? Essa é conclusão à qual o partido espera que as pessoas devotas a ele cheguem. Vemos isso perfeitamente em mais uma fala de Syme: “In fact there will be no thought, as we understand it now. Orthodoxy means not thinking – not needing to think. Orthodoxy is unconsciousness.” (ORWELL, 2011, p. 53).

Essa pobreza praticamente fundadora da novilíngua pode ser comparada com a pobreza latente da LTI, expressão latina – “Lingua Tertii Imperii”, literalmente “língua do Terceiro Reich” – empregada por Klemperer para designar o alemão adulterado pelo nazismo. O autor sabe que apesar de parecerem clara as razões para que isso aconteça, é importante dar a devida importância para o fato de que o controle da sociedade no quesito da língua se dava de uma maneira um tanto quanto cíclica: empobrecia-se a linguagem para limitar a possibilidade de expressão, mas também para que, com isso, o controle se dê de maneira mais fácil. É uma estratégia que funciona de maneira dupla. Esse empobrecimento do alemão era transmitido com base na linguagem utilizada pelo Dr. Paul Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda de Adolf Hitler na Alemanha Nazista, já que seu discurso

era mais claro e inteligível do que o do *Führer*. Durante todo o governo nazista, Hitler foi se abstendo cada vez mais ao seu silêncio, de modo a alcançar a áurea de uma divindade e fica para Goebbels a função do discurso, que era inclusi mais apto para a tarefa. Com um discursista mais eficiente para ditar a linguagem, o primeiro objetivo já descrito acima se completou e desenvolveu-se também através da não distinção entre a palavra falada e a palavra escrita. O tom da LTI, ou seja, o de Goebbels, na escrita tinha a característica de ser facilmente declamada. Em uma interessante nota, Klemperer nos mostra que o verbo *declamar* em alemão tem sentido falar alto sem prestar atenção ao que se diz, vociferar, que é a marca dos discursos nazistas, nos quais se tinha um agitador berrando com o público.

Quanto a esse tipo de prática de linguagem, tomamos aqui o caminho de uma pequena digressão para sairmos da estrutura da novilíngua e chegarmos à manifestação de ódio contra Goldstein, que já foi citada, chamada “Dois minutos de ódio”. Nessas manifestações o uso da declamação, da vociferação de insultos toma proporções parecidas com as dos grandes discursos do Nazismo. Tomados de um espírito de euforia muitas vezes involuntário, os presentes, tanto nos Dois minutos de ódio quanto nos discursos nazistas, eram contagiados pelo uso de uma linguagem, que os levava para onde quer que a ideologia por trás dos discursos circulantes quisessem que eles fossem levados. É interessante notar que em ambos os casos há um elemento catártico na situação de discurso, mas que conduz ao encarceramento e não à liberação ou purificação. Aqui estamos tocando no conceito mais antigo de catarse, proposto por Aristóteles, quando tratava do conceito e dos elementos principais de tragédia em *Poética*. Em sua tese de mestrado, que consiste em uma tradução comentada dessa obra de Aristóteles, Fernando Maciel Gazoni discute bem o conceito de catarse proposto pelo filósofo. Apesar de citar os seis grupos de interpretação do conceito propostos por Halliwell (1988), a tese reduz esse número para dois e percebe que as linhas interpretativas se espalham em uma linha intermediária entre dois polos. Sendo a catarse, por definição, um processo de *purificação*, os dois polos se definem por completa presença de razão de um lado e por completa presença de emoção por outro, ou seja, um dos grupos defende que a catarse é uma descarga de emoções e o outro defende que a catarse é um aprendizado de virtudes (cf. GAZONI, 2006, p. 20-21). Por não ser este o foco da nossa discussão, não iremos nos aprofundar nos pormenores das definições de

catarse, já que temos a noção necessária de seu conceito. O fato é que, seja enquanto uma descarga de emoções, seja enquanto um aprendizado de virtudes, o processo que acontece tanto nos discursos nazistas quanto a representação dos Dois minutos de ódio parecem se estabelecer como uma catarse um tanto quanto às avessas, já que não geram nem o alívio terapêutico e nem a elucidação intelectual, mesmo envolvendo toda a euforia de uma situação catártica. Assim sendo, a violência desses rituais parece aumentar exponencialmente por provocar e não permitir que os presentes se abstenham do estímulo e da euforia, mas ainda sim são todos privados da purificação, mesmo com a participação completa. Por isso é possível dizer que os rituais citados encarceram e enclausuram seus participantes, ao invés de deixar-lhes com a sensação de liberdade e leveza.

Voltando para as justificativas da utilidade do empobrecimento da língua, encontramos em Klemperer um argumento muito parecido com o que Syme expõe para Winston. Ao modificar a maneira como as pessoas produziam o discurso, mas também a maneira como as pessoas recebiam o discurso, Klemperer chega à conclusão de que como pouco se falava e pouco se ouvia, independente da duração dos discursos, era mais fácil de concentrar nesse único aspecto que era interessante ser passado ao público e extrapolar nas abordagens do mesmo. Em contraste com uma língua que funciona livre, a LTI só serve para invocar e nunca para revelar razão, sentimento, oração, ordem, súplica. Essa estratégia funcionava porque a LTI, assim como a novilíngua, lidava praticamente com indivíduos objetos, que precisavam simplesmente ser estimulados ou invocados de uma determinada maneira para que reagissem da maneira como seus partidos desejavam. O poeta e cineasta italiano Pier Paolo Pasolini percebia nessa “inexpressividade” da língua o sinal de uma linguagem dominada pelo jargão e pelo *slogan* de propaganda. (Cf. PASOLINI, 1990 ,p. 46 e segs.).

Vimos através da fala de Syme que a ortodoxia apreendida através da novilíngua consiste em não pensar, e através do seguinte trecho da obra de Klemperer que a LTI tem objetivos parecidos com a linguagem do Ingsoc:

A LTI pretende privar cada pessoa da sua individualidade, anestesiando as personalidades, fazendo do indivíduo peça de um rebanho conduzido em determinada direção, sem vontade e sem ideias próprias, tornando-o um átomo de uma enorme pedra rolante. A LTI é a linguagem do fanatismo de massas. Dirige-se ao indivíduo – não somente à sua vontade, mas também

ao seu pensamento – é doutrina, ensina meios de fanatizar e as técnicas de suggestionar as massas. (KLEMPERER, 2009. p. 66)

Outro ponto fundamental da novilíngua é a sua regularidade truculenta, a sua homogeneidade reducionista, implementada para que o não pensar se torne uma prática ainda mais facilitada. As irregularidades de todas as naturezas, seja em verbos, comparações ou superlativos, foram total e completamente abolidas. As únicas exceções podem ocorrer quando a sonoridade entra em questão, porque a sonoridade sempre tem prioridade em relação ao conteúdo. E isso pode ser interpretado como um mecanismo de língua que quer se refletir como atitude nas pessoas: contanto que uma palavra fosse esteticamente agradável, somos impassíveis aos conteúdos do que lemos e ouvimos. Nesse processo de valorização estética, o sentido se esvazia e mais uma vez a novilíngua se estabelece como a língua do não pensar.

No decorrer de 1984, nos deparamos com muitas figuras que falavam somente através de jargões partidários, sendo que esses lemas foram formulados dentro dessa valorização da estética superficial extrema. Ou seja, eles prezavam pelo valor estético, mesmo que a mensagem por trás deles seja completamente atroz e assim eram incorporados à vida dos habitantes da Oceania com a maior facilidade. Um dos personagens que incorpora esse estereótipo da matraca é a mulher desaparecida de Winston, Katharine. Eles foram casados por alguns anos, mas se separaram porque ela se revelou estéril, lembrando que o sexo era permitido para os membros do partido somente para fins reprodutivos. A descrição dela é extremamente odiosa. Ela é apática, não tem bons atributos físicos, sem mencionar a frieza institucional, e incorpora a figura do perfeito marionete do partido:

Very early in their married life he had decided – though perhaps it was only that he knew her more intimately than he knew most people – that she had without exception the most stupid, vulgar, empty mind he had ever encountered. She had not a thought in her head that was not a slogan, and there was absolutely none, that she was not capable of swallowing if the Party handed it out to her. (ORWELL, 2011. p.66)

É interessante notar que é por conta da constatação de que o pensamento de Katherine estava formatado com base nos slogans e nos absurdos produzidos pelo partido, ou seja, inevitavelmente através da língua, que Winston justifica o seu julgamento em relação a ela como sendo a pessoa mais burra, vulgar

e com a mente mais vazia de todas as pessoas que ele conheceu. Mais interessante ainda é perceber que ele cogita a possibilidade de que todas as pessoas tiveram a suas mentes formatadas pela língua e, uma vez que se convive com elas o suficiente isso fica evidente através do discurso delas.

Os métodos de homogeneização da língua presentes no romance de Orwell podem ser percebidos como próximos às estratégias usadas pelo Ministério da Propaganda na Alemanha Nazista identificadas por Klemperer, que observa que todo o material impresso durante o regime nazista seguia os parâmetros da LTI e por isso não se via grandes diferenças na fala entre os mais diferentes enunciadores, dos mais diferentes lugares, nas mais diferentes situações. Através da ênfase no uso de um termo que antes circulava somente em um grupo específico de pessoas, com o significado bem ajustado para os interesses do governo, todas as pessoas passavam a usar esse termo, independente do grupo social a que pertenciam.

Outro aspecto muito importante de ser destacado sobre a novilíngua é o desprezo total de qualquer valor etimológico que as palavras que a compõem poderiam ter. Não é interessante levar em consideração a origem das palavras e muito menos agregar valor a partir desse estudo histórico, já que para aquela sociedade a ideia de passado e de registro histórico foi completamente resignificada, através da modificação do passado e do duplipensar. O que importa para a novilíngua é o valor que aquele determinado termo tem no momento presente. Isso nos leva a pensar nas modificações semânticas que o partido implementava à certas palavras, que anteriormente passavam ideias que não se encaixavam no Ingsoc, como por exemplo a palavra *livre*. Ao contrário de se ligar com a ideia de *liberdade*, termo esse que já tinha perdido o seu sentido de antes da revolução e de ser englobado à ideia de crimepensamento, o termo *livre* designava somente a *ausência*, como na frase: uma plantação livre de pragas. Para que livre continuasse com esse significado estreito, uma análise etimológica atrapalharia e muito.

Vemos na análise de Klemperer que ele destaca alguns termos que também tiveram seus significados torcidos e deturpados pela LTI. Segundo o autor, apesar de terem cunhado poucos novos termos, o Terceiro Reich se utilizou de alguns processos para transformar a língua a partir de estrangeirismos e do alemão pré-hitlerista. Ele descreve esses processos muito bem no seguinte trecho:

Mas (o Terceiro Reich) altera o sentido das palavras e a frequência de seu uso. Transforma palavras que pertenciam a uma pessoa ou a um pequeno grupo em propriedade de todos, requisita para o partido o que antes era propriedade comum e, dessa forma, envenena palavras e formas sintáticas. Adapta a língua ao seu sistema terrível e, com ela, conquista o meio de propaganda mais poderoso, ao mesmo tempo o mais público e o mais secreto. (KLEMPERER, 2009. p. 56)

O autor destaca termos como “heroico”, “virtuoso” e “fanático” dentro desse grupo de palavras que tiveram o seu sentido alterado e passaram a fazer parte, com os seus novos sentidos, do vocabulário cotidiano da população alemã. No caso das palavras “heroico” e “virtuoso”, seus significados sofreram uma restrição de sentido, assim como o termo “livre” na novilíngua e, com isso, se tornaram atributos ligados completamente à atuação militar e a obediência ao governo. Já no caso de “fanático”, que perdeu o seu antigo sentido pejorativo, e ganhou uma força positiva muito grande, tornou-se um sinônimo de cidadão exemplar.

Através das inúmeras repetições, esses sentidos eram naturalizados e pertenciam mecanicamente ao vocabulário de todos e mesmo os que não estavam de acordo com o regime acabavam por se submeter a ele através das modificações na linguagem. Isso nos leva à *Aula* de Roland Barthes, quando ele nos diz que “[...] a língua, como o desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1989, p. 14). Usando a LTI ou a novilíngua, os falantes eram obrigados a propagar a ideologia de seus respectivos partidos, não existindo outra saída. Aqui podemos ressaltar que esse processo de mudança na estrutura da língua não é algo que acontece repentinamente, mas é uma construção de empobrecimento e estigmatização longa, que percorre a cultura e a própria estrutura do pensamento, como percebeu bem Barthes.

É interessante que Klemperer nota esse caráter fascista da língua e ressaltar o problema que é se deixar entregar a uma língua tão nociva quanto a LTI. O autor usa o seguinte argumento: “Mas a língua não se contenta em poetizar e pensar por mim. Também conduz o meu sentimento, dirige a minha mente, de forma tão mais natural quanto mais eu me entregar a ela” (KLEMPERER, 2009. p. 55). Se deixar conduzir por uma língua totalitária, recheada de preconceito, pensada para desumanizar os indivíduos, é deixar-se permear ideologicamente por esses

aspectos de uma maneira sutil, mas profunda. Isso, apesar de ter acontecido em uma realidade imensamente cruel, também toma lugar na ficção de Orwell. Julia, a amante de Winston, se recusa a incorporar elementos da novilíngua no seu vocabulário e, tomando essa posição, ela parece se estabelecer como parte de uma resistência mais sólida, já que se pode suspeitar da sua atitude de agente infiltrado no campo inimigo. Essa sensibilidade linguística pode ser interpretada como a maior profundidade na construção da personagem enquanto um elemento subversivo do sistema.

Nos regimes totalitários, no entanto, Klemperer, que por ser filólogo e estudioso da linguagem, notou que as pessoas, até mesmo as mais esclarecidas, eram tomadas e se deixavam tomar pela LTI sem perceber o que isso significava. Talvez seja esse o grande mérito da estratégia de uso da língua pelos regimes totalitários: até mesmo o grupo mais resistente pode ser infiltrado através da linguagem. Klemperer relata o caso de uma mulher chamada Elsa Glauber, filóloga, germanista e judia, que lutava para que os filhos tivessem a fé judaica, mas também o orgulho e a fé na Alemanha que não era aquela enclausurada e alucinada de Hitler. Por esse posicionamento, que o autor julgava ser de grande resistência, ele se surpreendeu pelo fato de que sua amiga, tão rigorosa e sensível para outras coisas se tivesse deixado levar justamente pela língua. Ao expressar a sua preocupação em relação aos filhos crescerem sem o senso ideal de nacionalismo, Elsa diz que seus filhos tem que se tornar alemães *fanáticos*, como ela. Como já comentamos, o termo fanático foi um dos mais modificados pela LTI e acabou por ganhar um sentido que incorporava perfeitamente toda a ideologia nazista. Ou seja, usar o adjetivo fanático, mesmo com a melhor das intenções era, sim, se dobrar, se submeter, compactuar com o totalitarismo do governo. Tendo em vista esse caso, é possível interpretarmos que esse processo como uma espécie de duplipensar, já que ser supostamente da oposição e usar a linguagem do vencedor, do partido, mesmo que inconscientemente, seria estar de acordo com dois conceitos contraditórios simultaneamente. Elsa acredita simultaneamente que a ideologia do governo nazista é nociva e desumanizante em si, mas que essa mesma ideologia expressa e entremeada na língua não causa nenhum impacto negativo. Com relatos como esse, a representação de Orwell ganha força enquanto crítica e reflexão sobre

a realidade, mesmo que essa ligação seja tênue, já que estamos falando de uma obra literária.

Para finalizar essa reflexão sobre a linguagem, assim como análise que estamos desenvolvendo de uma maneira mais geral, gostaríamos de lançar o nosso olhar para o papel que a linguagem desempenha na resistência de Winston. Esse olhar pretende simplesmente lançar algumas possibilidades de reflexão sobre o assunto e não esgotá-lo, já que acreditamos que por mais frutífera que tenha sido a análise até aqui, existe ainda muito o que ser discutido e extraído da grande metáfora que cria essa obra de Orwell.

Lembrando da colocação já citada de Foucault, “onde há poder, há resistência”, é interessante notar como Winston usa a linguagem para mostrar a sua oposição ao mundo onde vive, já que é através também da linguagem que o poder é exercido sobre ele.

O primeiro passo que Winston toma quanto à sua insatisfação com o sistema ao qual está submetido é o de comprar e começar a escrever um diário, como já foi dito anteriormente. Esse ato é igualmente uma subversão declarada, já que não era um hábito comum e bem visto o escrever, com caneta e papel, e todos os textos impressos eram ditados e, assim, de certa forma, “digitalizados” com alguma tecnologia específica, mas também representa um tipo de estratégia tradicional de evasão em épocas de sofrimento e de censura. Com certeza, o nazismo nos deixou grandes retratos de seu governo através dos diários que algumas pessoas escreveram durante os anos do regime. Temos o clássico *Diário de Anne Frank*, que inocente e sensível, relata o dia-a-dia de uma mulher judia em formação enclausurada em um esconderijo com a sua família e outras famílias judias. Temos também os diários do já muito citado Victor Klemperer, que serviram de base para a escrita sistematizada de *LTI*, mas que também serviram de base de sobrevivência para o autor que, como judeu vivendo na Alemanha nazista, casado com uma alemã, tinha que sofrer em silêncio. Assim como podemos ver na escrita de Winston, Klemperer define os seus diários como uma coluna para se apoiar em tempos de angustia e sofrimento, mas também representavam a esperança de que esses tempos tenebrosos não se arrastariam pela eternidade. Assim como Klemperer, Winston encontra justamente em uma área de grande opressão, no caso a linguagem, um subterfúgio para se expressar, tendo ainda esperança de registrar

o que ele vivia, de modo que o seu relato fosse útil para um tempo onde as coisas fossem diferentes. E como *1984* não é uma história de uma resistência de sucesso, é também através da escrita que o protagonista demonstra que a lavagem cerebral ao qual foi sujeitado estava surtindo efeito: quando após as sessões de tortura, ele se encontra com uma caneta e um papel na mão, ele escreve os lemas do partido, não como quem acusa, como era no início do livro, mas como quem aceita aquelas *verdades* de uma realidade construída como prisão sem saída para si.

No entanto, para chegar a esse ponto de demonstrar a sua insatisfação contra o partido, escolhendo a linguagem para fazê-lo, existem alguns elementos de percepção linguística da parte de Winston que gostaríamos de destacar. O primeiro deles pode ser chamado de “discrepância flusseriana”, já que consiste em uma discrepância entre o que é captado pelos nossos sentidos e o que a língua processa e é capaz de expressar. Explicando melhor: o também já citado Vilém Flusser aponta que o ser humano, por ser formado de intelecto, sentidos, mas também de uma parte espiritual, consegue perceber a diferença entre os dados brutos que ele capta e a maneira como ele consegue expressar esses dados, bem como a diferença entre o que é captado por ele através dos sentidos e o que é captado através da linguagem, ou seja, do intelecto. Sendo Winston um indivíduo perpassado pela linguagem, a percepção dessa diferença ocorre normalmente quando ele opera no inglês. No entanto, quando ele pensa através da novilíngua, essa discrepância entre a maneira como operam os seus sentidos e a maneira como opera a língua do partido é percebida de maneira nociva, como o cerne dessa língua de fato o é. Portanto, é possível dizer que a discrepância flusseriana em *1984* atua na base da produção artística, tomando sempre qualquer expressão individual fora do Ingsoc como um ato revolucionário.

É também de Flusser outra colocação sobre o funcionamento da língua que nos dá embasamento para interpretar a reação de Winston de atuar na linguagem também por ser ferido por ela. Dessa vez, o autor aponta o processo de aniquilação de intelecto necessário para que passemos de uma língua para outra, pela tradução, por exemplo. Flusser afirma que, dado que é a língua que gera e opera o intelecto, quando um indivíduo fala mais de uma língua ou um texto é traduzido, é necessário que o intelecto de uma língua se aniquile provisoriamente e, ao mesmo tempo, supere os limites impostos por esta para se realizar dentro do

perímetro de outra língua. Pensando que Winston está sempre circulando conscientemente entre o inglês e a novilíngua, inclusive por conta do ser trabalho que exige que suas “correções” sejam feitas na língua do partido, podemos apontar para o fato de que a sensibilidade do personagem para a estrutura do seu mundo refletida na linguagem se deva a essa viagem constante entre um campo de realização linguística e outro. Também podemos apontar para o fato de que Winston, todas as vezes que precisa aniquilar o seu intelecto do inglês e passar para a novilíngua, sente a diferença da concepção de sujeito que a língua do Grande Irmão prevê, em toda a sua perversidade, assumindo que todo indivíduo não passa de algo portador da única ideologia permitida, no caso, o Ingsoc. O ideal do partido é o fim permanente da *aniquilação da tradução*, uma vez que a novilíngua tornar-se-ia única e una, dispensando o inglês.

Com isso concluímos que a reflexão linguística está no centro da construção e da compreensão da obra, assim como está no centro da constituição e da realização da humanidade.

CONCLUSÃO

Após percorrermos todo esse trajeto de reflexão sobre a construção do universo literário de *1984*, bem como o funcionamento das diversas representações do totalitarismo ao longo do livro, com uma reflexão especial sobre a inserção da linguagem totalitária na obra, chegamos ao ponto do trabalho em que uma síntese é necessária para evidenciar as conclusões que se delineiam ao longo do trabalho em si. Como orientação da conclusão desse trabalho, retomaremos uma questão que por ser um elemento norteador do desenvolvimento da pesquisa, nos ajudará a sistematizar a conclusão da mesma: Como a natureza humana, que deseja instintivamente liberdade, dignidade, integridade e amor, pode ser mudada para viver em harmonia com um mundo onde *guerra é paz, liberdade é escravidão e ignorância é força*?

A primeira parte do trabalho nos apresenta as bases fundamentais da obra literária de Orwell para que, tendo os pressupostos necessários, pudéssemos iniciar a discussão central do trabalho. Já ao longo do segundo capítulo, conseguimos estabelecer um paralelo interessante entre uma análise dos regimes totalitaristas reais, na Alemanha nazista e na Rússia stalinista, e a estrutura do governo da Oceania, no romance estudado. Foi possível evidenciar a consistência da representação dos sistemas totalitaristas da obra de Orwell, que se torna ainda mais interessante quando percebemos que esse paralelo nos ajuda a responder parte da questão colocada acima. Como foi detalhadamente demonstrado no segundo capítulo, o totalitarismo tem como objetivo transformar a essência do ser humano, para que ele seja uma peça que se encaixe perfeitamente na máquina em movimento que esse tipo de governo pretende ser. Para que o homem não represente nenhum tipo de resistência e sirva ao seu propósito, é necessário que ele se transforme em um ser que reaja exatamente da maneira como o governo precisa que ele reaja, ou seja, toda a sua espontaneidade, identidade, personalidade é esvaziada, mudando, assim, a essência da humanidade. Pensando nesse novo conceito de humanidade, é plenamente possível justificar a convivência harmônica entre o homem e um mundo completamente hostil e abusivo em relação às suas necessidades até então mais básicas. E aqui poderíamos estar falando tanto dos regimes totalitaristas reais, quanto da representação em *1984*.

Orwell representa muito bem também os meios para que esse fim, a mudança do conceito de humanidade, fosse alcançado. Assim como nos regimes totalitaristas reais, o controle da vida privada é extenso, a completa eliminação dos inimigos é naturalizada e a dor, em suas mais diversas formas, é usada em larga escala para tornar legítima a ficção fundamental do mundo totalitarista. Através da análise dessa representação pudemos perceber que o autor parece privilegiar o poder que a ideia, enquanto conceito, tem no nosso mundo. Dentro do romance, ao imaginar um mundo de pesadelo, violento e tenebroso, Orwell coloca em questão a nossa vulnerabilidade às ideias, mostrando que podemos nos acostumar até mesmo com a pior das realidades se uma ideia perversa, como a central do governo totalitário, for devidamente implementada. É a ideologia que molda o homem e a realidade na qual ele se insere, seja qual for o teor da sua essência. Esse alerta em relação às ideias que envolvem modos abusivos de poder que chega até nós através da ficção encontra forte ressonância no mundo real justamente porque os regimes totalitários fazem parte da história da humanidade. Sendo assim, nada, a não ser a própria humanidade, pode impedir que eles se repitam.

Como parte das estratégias de controle, que pretende ser o mais total possível, está a formação de uma língua que expresse em sua forma e execução a mesma mensagem do sistema em que ela está inserida, ou seja, a formação de uma linguagem totalitarista. Essa é uma estratégia eficaz, pois exerce o controle do ser humano de dentro pra fora e essa discussão é o centro da terceira parte do trabalho. Se é uma ideia que molda o homem e a sua realidade, podemos pensar que é através da língua que tudo isso de fato se realiza, partindo do princípio de que os limites do homem são os limites da língua. Com isso, a linguagem totalitária, assim como estabelece a ideia fundadora de um novo conceito de humanidade, através da limitação e do envenenamento da língua, passa a controlar também a maneira como o homem atua nesse novo mundo, o obrigando a falar certas coisas que ele não queria dizer e o privando de expressar coisas tão vitais quanto o sangue que corre nas suas veias. Para trazer essa discussão com a gravidade que lhe é necessária, criou-se um paralelo entre a linguagem do Terceiro Reich e a novilíngua, mostrando mais uma vez a consistência da representação do totalitarismo na obra de Orwell.

Após todo esse percurso, podemos então concluir que, além dessa importante obra de Orwell nos conduzir a relacionar a sua narrativa com os eventos

históricos que a influenciaram, *1984* nos leva a uma reflexão mais profunda do que a simples correlação de personagens ficcionais e figuras históricas e de sistemas governamentais fictícios e reais, nos levando envereda em direção aos conceitos de humanidade, de linguagem e de poder, enquanto conceitos separados, mas também em suas diversas intersecções de atuação. E, se essa reflexão chega até nós de maneira atroz, de uma projeção de um futuro perverso e tenebroso, o seu caráter distópico cumpre o seu papel de nos trazer não só uma crítica do presente, mas nos revelar os pontos críticos sobre os quais devemos nos debruçar para que essa projeção nunca se torne realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BORGES, Jorge Luis. *A perpétua corrida de Aquiles e a tartaruga.* In: **Discussão.** pp. 79-86. Tradução de Claudio Fornari. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BRAZIL, Luciano Gomes. *Do “conhece-te a ti mesmo” ao “torna-te o que tu é”: Nietzsche contra Sócrates em Ecce Homo.* **Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche,** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, p. 30-45.
- BURGESS, Anthony. **1985.** Tradução de Julia Tettamanzy e João Maia Neto. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- ECO, Umberto. **A procura da língua perfeita.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença, 1996.
- FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade.** São Paulo: Annablume, 2007.
- FOUCAULT, Michael. *O dispositivo da sexualidade; Direito de morte e poder sobre a vida.* In: _____. **A história da sexualidade.** Rio de Janeiro: Graal, 2009. p. 73-149.
- GAZONI, Fernando Maciel. **A Poética de Aristóteles: tradução e comentários.** 2006. 131 p. Dissertação (Mestrado em filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- KAFKA, Franz. *Na colônia penal.* In: **Essencial Franz Kafka.** pp. 64-99. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich.** Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- MIGUEL, Alcebíades Diniz. **Ciência Imaginária** (Aproximações entre Imaginário, Política e Discurso Científico a partir da obra de H. G. Wells). 2011. 281 p. Tese (Doutorado em história e teoria literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. Segunda *dissertação: “Culpa”, “má consciência” e coisas afins.* In: **Genealogia da moral: uma polêmica.** pp. 47-85. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORWELL, George. **Lutando na Espanha** [Em linha]. Ed. Projeto Periferia, 2002. Acessado em 15.05.2013. Disponível em http://bibliotecavirtual.eshte.pt/referencias_biblio.pdf

_____. **1984**. Tradução de Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **1984**. New York: Signet Classics, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Do utopismo iluminista ao (anti) utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica*. **Morus**, Campinas, n. 6, p. 307-368, 2009.

IV SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2012, Jussara. **A utopia como gênero de fronteira entre história e literatura**. Jussara: UEG UnU, p. 1-8. Disponível em: <http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/srhjussara>

XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro. Utopia e o século XXI: novas controvérsias. Rio de Janeiro: p. 1-18. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171